

SUPLEMENTO

JORNAL DE ANGOLA • Terça-feira, 11 de Novembro de 2014

FESTA NACIONAL

O Caminho Glorioso da Independência



GEN. DE EXÉRCITO
ARMANDO DA CRUZ
NETO PATENTEIA O
GENERAL CANANAI
(02.08.2002)

MAPA
DE
ANGOLA

Um dia de todos os angolanos



No dia 11 de Novembro estivemos tão perto da morte que morremos. Pela Pátria, pela Liberdade, pelo Povo. Cantámos tão perto do grito que enrouquecemos. Cantar pela vida quando a morte ameaça é a melhor forma de

espantar o medo. Naquele dia prodigioso fomos adoptados por todas as mães. Mas mesmo assim ficámos em orfandade nos seios maternos. Eram muitos os nossos mortos e grande o sofrimento.

O dia 11 de Novembro de 1975 é de todos os angolanos. Mesmo dos que viraram as costas à Pátria e em vez da liberdade procuraram outros senhores. Ou se submeteram aos velhos amos. Na festa da Liberdade não há excluídos, mesmo que ainda alguns queiram excluir-se. No dia 11 de Novembro sonhámos tão alto que as asas nos arderam ao Sol. O amor esteve tão perto do ódio que chorámos com os olhos secos. A alegria incontida esbarrou contra o luto e a dor. Mas venceu a Pátria.

Na Festa da Independência Nacional, no dia 11 de Novembro de 1975, tínhamos o peito inchado de orgulho, o coração aberto à fraternidade, os braços estendidos aos nossos irmãos próximos ou longínquos. Mas os pratos estavam vazios, as crianças adormeciam famintas, as mães imploravam o seu pedaço de pão. Os velhos alimentavam-se de esperança. E foi assim que todo um povo resistiu.

No dia 11 de Novembro de 1975 nascemos outra vez, mas num berço perto do leito da morte. Por isso tantos fenece-ram. Mas a Pátria Angolana amanheceu luminosa, imensa de cordialidade, estendeu os braços fraternos a todos, até aos que quiseram estrangular a liberdade duramente conseguida em todos os campos de batalha. Mostrámos ao mundo que a luta do povo é invencível. Que contra milhões, quem luta, perde. E sobretudo os angolanos mostraram que preferiam a morte a perderem a bem amada Pátria.

Hoje o 11 de Novembro é de todos porque aqueles que deram as mãos para enfrentar as legiões estrangeiras invasoras, têm orgulho nesta Pátria que a todos acolhe, sem olhar para a sua fé, ideologia, etnia ou raça. E muito menos para o seu passado. Foi no calor das mais duras batalhas que os angolanos aprenderam a recusar o racismo, o regionalismo, o tribalismo e a dominação estrangeira. Foi no terreno da luta pela libertação que os angolanos aprenderam a respeitar a vida humana.

Hoje estamos todos na mesma trincheira lutando pela justiça, a igualdades, o desenvolvimento económico e social, sem discriminações nem recriminações. Todos os braços

que queiram trabalhar, são bem-vindos e desejados.

Hoje é o Dia da Independência Nacional. Há 39 anos iniciámos a Festa da Liberdade. E desde então começaram a ser criadas as condições concretas que dão sentido a uma sociedade livre e democrática. Quando Agostinho Neto proclamou Angola Independente, às zero horas de 11 de Novembro de 1975, foi restituída a todos os angolanos a dignidade e a cidadania. Depois começou a maravilhosa construção da Nova Angola.

A liberdade exige pão. E tudo foi feito para que a ninguém faltasse pão. Apesar das guerras, esse esforço nunca foi abandonado.

A Liberdade exige Educação. E Angola inteira se tornou numa grande escola de civismo, de amor à Pátria. Nas ruas e becos, nas cidades e aldeias aprendemos os valores da angolanidade. Nos livros, nas escolas, nas universidades, cada jovem aprendeu a amar a Liberdade. Angola avante, pelo Poder Popular! Essa é a meta e o sonho.

Só é livre quem tem garantido o direito à saúde. Milhares de hospitais, centros e postos de saúde garantem esta condição imprescindível para que haja Liberdade. As necessidades ainda são muitas, mas a Saúde é o sector que mais evoluiu nestes 39 anos de Independência Nacional. Apesar de ainda estar tanto por fazer. Mas quem viveu 500 anos de servidão não tem pressa. Sabe que todas as condições que suportam a Liberdade vão aos poucos sendo efectivadas.

A Liberdade exige uma habitação digna para todos. Em nenhum país do mundo o Estado Social investiu tanto nesta área. São as novas centralidades, os bairros para militares e para a juventude. Os 200 fogos habitacionais em cada município. Milhões de casas estão construídas ou em construção, para que a Liberdade conquistada no dia 11 de Novembro de 1975 faça todo o sentido. E cada angolano tenha um lar.

Há 39 anos, todos éramos poucos para defender a Pátria e ganhar a Liberdade. Mas a vontade era tanta, que os poucos se agigantaram e venceram. Hoje todos somos poucos para fazer de Angola um grande país. Por isso, unidos na diferença vamos responder aos grandes desafios que se colocam na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Angola está em construção permanente. Para concluir a nossa casa comum, todos são chamados a colaborar. Mulheres e homens, jovens e idosos. Religiosos e militares, militantes de todos os partidos, profissionais de todos os ofícios. Cada angolano só atinge a cidadania plena quando a Nação estiver acima de todos os interesses e ambições.

TESTEMUNHO DO ACTO DE SOBERANIA

O fim da noite colonial e o nascimento da Nação



FERNANDO OLIVEIRA | *

Tive a oportunidade de participar em alguns dos momentos marcantes dos dias que antecederam a Independência de Angola, no já distante 11 de Novembro de 1975. No turbilhão dos factos e acontecimentos que vivemos, vou relembrar e destacar os que se prendem com o nascimento da arquitectura jurídica do novo País, da sua Constituição, dos seus símbolos, da instituição formal do novo poder e de como tudo isso se concretizou nos históricos dias 10 e 11 de Novembro, virar da página colonial que se vinha escrevendo, com sangue e dor, há 500 anos.

Este particular ângulo de visão do meu envolvimento pessoal resulta, não tanto da minha condição de jurista – e como eram escassíssimos os juristas angolanos no País naqueles tempos, poucos mais do que os dedos de uma mão! -, mas sobretudo da circunstância de na altura eu ser o director do gabinete do Dr. Manuel Rui Monteiro, Ministro da Informação, designado pelo MPLA, do Governo de Transição. E este Ministério, tal como o Ministério da Justiça, funcionava no Palácio, onde estava instalado o Colégio Presidencial tripartido (MPLA, FNLA e UNITA) e o Alto Comissário português. Daí, a proximidade estreita do acompanhamento do que se passava no “centro do vulcão” de um poder que se extinguia e da emergência de um novo poder.

O NASCIMENTO

Começando pela certidão de nascimento do novo País – a sua Constituição fundadora -, é necessário recordar que, na sequência do Acordo de Alvor, havia sido elaborada uma “Lei Fundamental” e uma “Lei Eleitoral”, que foram publicadas no “Boletim Oficial”, em Junho de 1975. Promulgadas pelo Alto Comissário, na sua feitura consensual sobre a responsabilidade dos três Movimentos que integravam o Governo de Transição, envolveram-se juristas por eles indicados, destacando-se a Dra. Maria do Carmo Medina e o Dr. Antero de Abreu, pelo MPLA, o Dr. Onofre Martins dos Santos, pela FNLA e os Drs. Fernandes Vieira e Fernando Fonseca Santos, pela UNITA. Mas, rapidamente, esse projectado edifício jurídico havia de se tornar letra morta e irremediavelmente ultrapassado.

O conflito interno agudizou-se dramaticamente na capital (começando pela “batalha de Luanda”, em 9 de Julho) e por todo o País. As principais forças da FNLA e da UNITA saem de Luanda em meados de Julho. Em 30 de Julho o então Alto Comissário Silva Cardoso demite-se e é substituído pelo almirante Leonel Cardoso. Em 12 de Agosto, os ministros do Governo de Transição da FNLA e da

UNITA abandonam Luanda e os seus cargos e, finalmente, em 22 de Agosto, é publicado pelo Alto Comissário o Decreto-Lei nº 458/A-75, que procede à suspensão parcial do Acordo de Alvor, “ficando transitoriamente suspensa a vigência do Acordo no que diz respeito aos órgãos de governo de Angola”.

Porém, nem esta suspensão legal por parte da potência colonial administrante, nem pela postura e comportamento dos três Movimentos e de todo o Povo Angolano, alguma vez se pôs em causa o facto definitivamente adquirido de que a Independência haveria de sobrevir a 11 de Novembro desse ano. Daí que, logo a partir de Setembro/Outubro, o MPLA (e certamente também os outros dois Movimentos) começou a trabalhar na preparação dos instrumentos legais fundadores da Independência que se avizinhava.

INVASÕES ESTRANGEIRAS

Tudo isto se processou aceleradamente, no meio da voragem das batalhas e vicissitudes do conflito armado que entretanto se generalizara (a invasão e ocupação ao norte pelas tropas do Zaire e do ELP português e a invasão da parte sul do País, ocupação e progressão do exército sul-africano). Das tentativas de solução bilateral entre os Movimentos (encontro entre Lopo do Nascimento e José Ndele, em Lisboa, em 25 de Agosto). Diversas intervenções diplomáticas africanas, desde a visita a Angola de uma delegação da OUA, em 20 de Outubro, até à Cimeira da OUA, realizada in extremis em Kampala, de 2 a 4 de Novembro.

As colónias irmãs ascendiam à sua independência: Cabo Verde, a 5 de Julho, S. Tomé e Príncipe, em 25 de Julho, Moçambique, a 25 de Setembro. Em Angola, a par das sucessivas batalhas e ocupações no terreno, assistia-se ao gigantesco êxodo humano da “ponte aérea”, em que, entre 17 de Julho e 31 de Outubro, abandonaram o País cerca de 300 mil pessoas (oficialmente, 235.315 para Portugal, 30.000 para a África do Sul e 17.000 para o Brasil). Com esta dimensão, a paisagem humana modificava-se radicalmente, num curtíssimo espaço de tempo.

O TRABALHO DE CASA

Com a incerteza da realidade que mudava a cada instante, obrigando a quase uma “navegação à vista”, pelo lado do MPLA foise trabalhando na preparação de instrumentos fundamentais: a Constituição e a Lei da Nacionalidade, o texto solene da Proclamação da Independência e os símbolos do novo Estado. Essa tarefa foi obra de um núcleo muito reduzido de dirigentes e militantes e desenrolou-se, principalmente, num marco espacial centrado na Cidade Alta, no Palácio do Governo, onde funcionavam o Ministério da Informação e o Ministério da Justiça, e o adjacente Bairro do Saneamento, por detrás do Palácio, onde residiam os ministros, nomeadamente Manuel Rui Monteiro, Carlos Rocha Dilolwa, Saydi Mingas e Augusto Lopes Teixeira.

Alguns Ministros da Unita e da FNLA já tinham abandonado as suas casas vizinhas e Luanda. O “trabalho de casa” foi feito,



Fernando Oliveira viveu os dias marcantes

literalmente, na residência do Manuel Rui, onde, pela noite adentro, apareciam juristas como a Dra. Antonieta Coelho e o Dr. Aníbal Espírito Santo, dirigentes como Lúcio Lara, Lopo do Nascimento, Saydi Mingas e Henrique Santos Onambwe.

Bem próximo, na sua casa, Dilolwa esboçava o que viria a ser a parte económica da Constituição, concertando-se com Saydi Mingas. Nos últimos dias, também deu o seu sábio contributo o Dr. Oscar Monteiro, jurista moçambicano que, seu amigo pessoal e colega de Coimbra, estava alojado na residência do Manuel Rui.

A Lei da Nacionalidade que, no essencial recolhia o acordado em Alvor (e, mesmo antes, em Mombaça), ia sendo preparada no gabinete do Dr. Diógenes Boavida, já então Ministro da Justiça, com a colaboração principal do Dr. Antero de Abreu.

SÍMBOLOS DA REPÚBLICA

Naquelas longas e tensas noites, e também no mesmo local, trabalhava-se na feitura dos símbolos da futura República: o hino “Angola Avante”, em que à bela letra do Manuel Rui se juntava, estrofe a estrofe, a harmonia dos acordos do Rui Mingas, a Bandeira e a Insignia, com as ideias e matrizes iniciais do Henrique Santos “Onambwe” e o traço esmerado do Marcos Almeida “Kito”, sob a supervisão do Helder Neto.

Como é evidente, todos estes projectos eram depois levados à aprovação da direcção do MPLA, designadamente do Presidente Agostinho Neto, que se encontrava as mais das vezes no chamado “Estado Maior”, no Morro da Luz, na Samba. E o “estafeta” era normalmente o Dr. Manuel Rui Monteiro. Já a sua execução material era feita na Direcção-Geral de Informação, no rés-do-chão do Palácio, então chefiada pelo hoje Embaixador Luís de Almeida. Foi aí, nomeadamente, que se ultimou também o texto da “Proclamação da Independência”, cuja matriz inicial foi da autoria de Carlos Rocha Dilolwa, beneficiando dos contributos de Lopo do Nascimento, José Eduardo dos Santos e também, na versão “literária” final do Manuel Rui e de mim próprio.

Aprovadas, por aclamação, pelo Comité Central do MPLA no próprio dia 10 de Novembro, a Lei Constitucional da República Popular de Angola e a Lei da Nacionalidade, ainda nesse mesmo dia houve que as dar à estampa na Imprensa Nacional, cujos tipógrafos estavam a postos, de modo a que, no dia seguinte, fosse

publicado o nº 1 do novo “Diário da República”, o que efectivamente veio a acontecer (embora com tantas gralhas que, logo no dia 12, saía uma extensa corrigenda nº 2...).

A mesma emergência marcou a confecção material da Bandeira e da Insignia e o primeiro ensaio de entoação do Hino, por um coro apressadamente improvisado pelo Carlos Lamartine na então Emissora Oficial de Angola.

ENTREGA DA SOBERANIA

Ao meio dia do dia 10, o Alto Comissário Leonel Cardoso, num acto realizado no salão nobre do Palácio, declarava solenemente que Portugal se retirava de Angola e “entregava a soberania ao Povo Angolano”. Foi a solução, algo ficcional, que em Lisboa o Governo português, largamente dividido sobre a situação em Angola, encontrou para se recusar a reconhecer formalmente o novo Estado.

Feita essa proclamação unilateral, o Alto Comissário e seus colaboradores abandonaram o Palácio, dirigiram-se à Fortaleza, onde arrearam a “ultima bandeira portuguesa em solo angolano” e daí saíram para a base naval na Ilha de Luanda, onde embarcaram nas “ultimas caravelas”, os navios “Niassa” e “Uíge”, duas fragatas e uma corveta. Por circunstâncias que não interessa agora revelar (fui incumbido de entregar a bandeira portuguesa arreada na base de Belas ao Tenente da Marinha portuguesa Soares Rodrigues), tive a oportunidade de assistir à reacção do último dispositivo militar português em terra, ao longo da Ilha, e recordeo o quadro ímpar a que assisti.

Quando entrei na base, ainda havia na porta de armas fuzileiros portugueses. Quando saí, uma escassa meia hora depois, todos tinham embarcado, a porta de armas estava escancarada e as crianças e o povo da Ilha entravam por ali dentro, com manifestações indescrevíveis de alegria.

A sede do poder, o Palácio, havia ficado vazia desde as 14 horas, entregue aos serventuários angolanos, mais velhos de impecável libré branco, “criados do Senhor Governador”.

Por volta das 16 horas, Hermínio Escórcio, com um pequeno destacamento militar que fora buscar à Vila Alice, tinha lá ido preencher esse vazio, assegurando depois, com o seu proverbial optimismo, que “estavam criadas todas as condições” e que “está tudo no papo”. Cerca das seis da tarde, Manuel Rui dirigiu-se à Rádio e aí fazia um apelo à serenidade para a noite que se avizinhava. E bem necessária era essa intervenção acalmante: chegavam à cidade os ruídos da batalha de Kifangondo e muita gente tinha nos ouvidos o que, ainda nessa mesma tarde, dizia pela rádio Holden Roberto: “Estaremos em Luanda até à meia-noite. Até logo, Luanda!”.

APROCLAMAÇÃO

Todas as atenções convergiam para o Largo 1º de Maio onde se ia passar o histórico acto. Entretanto, 400 aparelhos de televisão haviam sido instalados pelo Ministério da Informação na Comissões de Bairro e outros locais públicos, em toda a cidade, principalmente

nos musseques. Antes de chegar ao Largo (mais precisamente ao pequeno palanque próximo situado do lado direito da Estrada de Catete), as três viaturas que conduziam o Presidente Neto e seus familiares, andaram por ali perdidos e às voltas até encontrarem a entrada para a tribuna, tal era a concentração e a confusão reinante no local.

Mas, por fim, ao som de tiros festivos disparados para o ar, cânticos e palavras de ordem difundidas pelos altifalantes, “às zero horas do dia 11 de Novembro”, tal como estabelecido no Acordo de Alvor, Agostinho Neto proclamou: “Em nome do Povo angolano, o Comité Central do MPLA proclama solenemente, perante a África e o mundo, a Independência de Angola”. E logo a seguir irrompe uma estrondosa ovação quando Neto anuncia que “correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola”.

A Bandeira da nova República foi depois içada no mastro defronte à tribuna pelo pioneiro Dinis Kanhangá e pelo comandante do 4 de Fevereiro, Imperial Santana e é entoado, pela primeira vez em público, o “Angola Avante”.

O que se seguiu, não estava inicialmente previsto: a ida ao Palácio. Já no início da noite, entendeu-se que a declaração da Independência Nacional implicava também a tomada dos símbolos do poder e, no caso, o derradeiro símbolo do poder colonial era precisamente o Palácio do Governo, de onde a colónia tinha sido dirigida durante séculos. Por isso, finda a cerimónia, a comitiva do Presidente Neto e umamultidão dirigiram-se ao Palácio. Aí, foi feito um brinde de champagne, impecavelmente servido por aqueles que antes eram os “criados do Senhor Governador” e o Presidente Neto e comitiva foram à varanda principal e acenaram à multidão que ali chegara. Manuel Rui foi o único que falou: “Está definitivamente enterrado o tempo em que, das varandas dos palácios coloniais, erguidos com o trabalho forçado do nosso Povo, os sorrisos de ouro e os gestos de abastança procuravam disfarçar a fome, a usurpação e o genocídio. A máscara do colonialismo acabou”.

A POSSE DE NETO

No dia seguinte, ao meio-dia, no salão nobre da então Câmara Municipal de Luanda, hoje sede do Governo Provincial, Lúcio Lara dava posse formal a Agostinho Neto, como Presidente da República Popular de Angola. Assistiram ao acto representantes de 28 Países, 17 dos quais manifestaram de imediato a disposição de reconhecimento do novo Estado. Iniciava-se então a “batalha do reconhecimento” internacional, crescendo, dia a dia, os reconhecimentos dos Estados de todo o mundo. A potência colonial, que em 10 de Novembro havia “entregue a soberania ao Povo Angolano”, quando finalmente reconheceu a República Popular de Angola, uns meses depois, em 22 de Fevereiro de 1975, foi o 88º Estado a fazê-lo.

Mas a página da noite colonial fora definitiva e irreversivelmente virada.

(*)Jurista, advogado e professor universitário

O PRIMEIRO JORNAL

A ansiedade na Redacção de um jornal



LUCIANO ROCHA | *

Manhã cedo, os linotipistas acabavam de se sentar, olhavam o teclado, limpavam-no mecanicamente com a palma da mão, ajeitavam a posição dos prontos em cima da placa do lado esquerdo da máquina, como se o silêncio da noite os tivesse movido de onde tinham ficado na véspera.

Os paginadores desfaziam as voltas do cordel que prendia os "deitados". No meio da oficina, ao meu lado, mestre Airosa, na reunião de combinarmos prioridades e acertarmos pormenores do jornal que ia para a rua dentro de horas, disse-me quase em surdina, como nos tempos ainda recentes de falarmos quase apenas com os olhos conversas de esperança e raivas, que era melhor reduzir a tiragem: "o povo está com receio, vai sair do emprego e correr logo para casa, quem sabe o inimigo

está à espreita num beco". Domingos Alves, seu adjunto, desconsseguiu de prender a gargalhada grande que gostava de soltar, mesmo na hora da conversa ser séria, e quase gritou: "vira essa boca para lá, vamos mas é esticar a edição, hoje a bicha dos leitores vai chegar à Mutamba".

Na Redacção, sensivelmente da área de uma sala de jantar de muitas vivendas de Luanda, daquele e deste tempo, estávamos quase todos. O João Serra, como era hábito, independentemente de se tratar de uma grande reportagem ou de notícia corriqueira de Polícia, castigava freneticamente o teclado da máquina com o indicador da mão direita, enquanto na outra segurava o cigarro. O Filipe Sá e o Duarte, que davam os primeiros passos na profissão, deviam estar a esmerar-se em apresentar um texto sujeito a poucas emendas. Ao fundo, mãos na cintura, virado para a parede onde havia um mapa com pioneses de cores diferentes a assinalar as posições das FAPLA e do inimigo, estava o Raimundo Sotto Mayor. Perguntei-lhe: já? Sem se virar para mim, respondeu: ainda.

O que eu queria saber era se o Artur Queiroz, o único de nós ausente, que cobria a frente de resistência ao invasor em Quifongo, tinha chegado. Olhei o relógio. Os ponteiros caminha-

vam rapidamente para as nove. Por um lado, desejava que desatrassem a correr e dobrassem a gosto bom da liberdade sonhada, por outro que tropeçasse no caminho para o nosso "enviado especial de guerra" chegar a tempo com texto e fotos para a edição do dia e para a do primeiro jornal da Angola Independente que prometêramos ao Presidente Agostinho Neto.

Na varanda da Redacção, como fazia todos os dias por volta das três da tarde, mais coisa, menos coisa, olhava a multidão na rua à espera do jornal e senti que estava cumprido metade do objectivo daquela segunda-feira. O jornal era devorado pelos leitores, com foto e chamada na primeira página da reportagem do início da fuga do coronel português Santos e Castro e de quantos, de várias nacionalidades, por dinheiro ou outras ambições ignóbeis, tentaram destruir o sonho de um povo se tornar dono dos seus destinos. Mais uma vez, cumprimos o compromisso com leitor de o informar de coisas que se não fossemos nós ou não sabiam ou sabiam tarde.

À memória veio-me a conversa da manhã na oficina, como vieram as que tive, no campo de concentração de São Nicolau, que visitei, como jornalista, meses

depois do 25 de Abril, com alguns dos que pagavam com a liberdade a ousadia de sonharem uma Pátria onde não se sentissem estrangeiros, quando em Portugal as cadeias políticas já estavam vazias. Lembrei-me também de quantos tinham tombado pela causa ou lutado por ela em condições quase sempre adversas, quer em Angola, quer fora dela. Recordei igualmente os oportunismos, nepotismos e de todos os "ismos" que começavam a revelar-se, embora a esperança num futuro mais fraterno estivesse reavivada.

Os ponteiros do relógio na parede da Redacção não paravam. A edição do primeiro jornal do país independente, com memórias e sonhos, estava em parte feito desde a véspera. Faltava, porém, o mais importante, a proclamação "a África e ao Mundo", feita pelo Presidente Agostinho Neto, da Angola de "um só Povo e uma só Nação", e o hastear da Bandeira Nacional pelo comandante Imperial, herói do 4 de Fevereiro, e por um pioneiro.

A noite caía, mas a hora da felicidade demorava a chegar. Os estrondos dos morteiros ainda acompanhavam as cores desenhadas no céu pelas balas tracejantes. A secção de revisão do jornal era, na altura, constituído apenas por mulheres, cujos semblantes reflectiam o misto de

alegria e medo guardado no coração. O Rita, motorista de serviço e lutador pela liberdade desde a primeira hora, levou-as a casa. O João Serra, o Filipe e o Duarte deviam andar pelas ruas da cidade quase deserta, mas não resistiram ao impulso da juventude e deram por eles no Largo da Independência, onde já estava o Artur Queiroz, "o enviado especial" de quase todos os acontecimentos importantes da época. Parte importante da História recente de Angola foi relatada por ele. Na Redacção, apenas eu e o Sotto, com ouvidos colados à telefonia, que o tempo da televisão estava para chegar, à espera da hora da concretização da primeira parte do rol de sonhos de um povo

Pouco depois de uma da manhã, peguei num molho de jornais e fui com o Rita, ao Palácio, cumprir a promessa feita ao Presidente de ser ele a ler o primeiro exemplar da Angola Independente saído da rotativa. Voltámos a esgotar a edição, um hábito no "Diário de Luanda" daquele tempo, que apenas acabou quando um grupo de pára-quadristas pensou que o êxito não requer profissionalismo, conhecimentos, trabalho e amor e lhes bastava vaidade, ignorância e arrogância.

(*) Jornalista do "Diário de Luanda" em 11 de Novembro de 1975

FRANCISCO BERNARDO



Os trabalhadores da Imprensa apoiaram o esforço de todos os sectores sociais e no dia 10 de Novembro de 1975 lançaram em Luanda a primeira edição do jornal "Diário de Luanda" aos primeiros minutos da Independência

ADÃO NETO ESTAVA NO MORRO DA CAL

Combatentes da Batalha de Kifangondo



ADALBERTO CEITA |

O Morro do Cal na estrada que liga Luanda a Caxito, esteve no centro da batalha que impediu o avanço da coluna invasora até a cidade de Luanda e assegurou a Proclamação da Independência Nacional a 11 de Novembro. O Jornal de Angola esteve no local e reviveu alguns momentos da História que começou a ser escrita há 39 anos.

Aos 65 anos, a juventude dedicada à guerrilha e a saúde debilitada, Adão Neto não apaga da memória a Batalha de Kifangondo. Nascido no município de Cacuaço, a 12 de Abril de 1949, Adão Neto militava na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e acompanhou de perto as movimentações da coluna invasora integrada por forças zairenses e mercenários, que pretendiam chegar a Luanda para impedir a proclamação da independência.

Embora a memória já não lhe permita descrever com detalhe todas as facetas da batalha, lembra que estava concentrado nas proximidades do Morro do Cal, quando os aviões zairenses iniciaram os ataques às posições das FAPLA. “Foi um ou dois dias antes do 11 de Novembro, a manhã mal havia nascido e os ataques começaram com aviões que voavam a grande altitude e, provavelmente, isso evitou que as FAPLA tivessem muitas baixas”, disse. Sem precisar o número de homens e artilharia pesada que faziam parte da coluna militar, Adão Neto conta que as forças in-



Adão Neto recorda 39 anos depois os combates travados contra as colunas invasoras que pretendiam invadir Luanda para impedir a proclamação da Independência Nacional

vasoras concentradas no Morro do Cal avançaram em direcção às posições defendidas pelas FAPLA, perto da ponte do Panguila. O que se seguiu, refere, foram horas de intenso fogo de artilharia ao longo da manhã, que travou o avanço dos invasores e deixou um rasto de morte e prisioneiros. Antes dos confrontos a zona de Kifangondo estava cercada pela FNLA e os invasores. Devido à intensidade dos combates, ainda hoje não compreende como saiu ileso da batalha.

“Nesta Batalha de Kifangondo perdi muitos amigos e companheiros de luta. Quando os tiros cessaram ficou a descoberto um rasto de morte e intenso cheiro a pólvora que se estendeu até um raio de mais de um quilómetro de distância”, lembra. A postura demonstrada pela FNLA na Batalha de Kifangondo, considera Adão Neto, prejudicou a imagem da organização e fez nascer uma grande aversão na população. O antigo militante da FNLA men-

ciona que a escolha do Morro do Cal para base das tropas invasoras, não foi por acaso: “era uma posição estratégica e a área ainda preserva ainda os seus traços”. Aponta, como exemplo, que a partir do Morro do Cal era possível observar as movimentações nos mais diversos pontos da cidade de Luanda, com destaque para a Fortaleza de São Miguel.

Com o aproximar de mais um aniversário da Batalha de Kifangondo e do da Independência Nacional, Adão Neto lamenta que a ambição pelo poder, falta de união e de entendimento entre os angolanos tenha descambado numa guerra desnecessária. Abandonou a militância política por desgosto.

“Apesar de tudo, tive esperança que depois da Independência tudo ia mudar, mas infelizmente o país voltou a mergulhar na guerra. Com a chegada da paz em 2002, temos registado muitas melhorias, mas penso que, na generalidade, o homem não está

preparado para fazer o bem”, realçou Adão Neto, que apela às novas gerações para tomarem conhecimento da História e evitar os erros do passado.

Entre os soldados que lutaram na Batalha de Kifangondo e sobreviveram consta o nome de Francisco Kivela, na altura dos acontecimentos militar da Nona Brigada de Infantaria Motorizada das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. Também conhecido por “Darfúrio”, devido à sua capacidade de devolver a bala ao inimigo, realça que apesar de alguma inexperiência havia entre os jovens militares das FAPLA uma vontade enorme de combater para defender o país da agressão externa. Ele garante que foi essa determinação e o heroísmo que ajudou a vencer a batalha. Francisco Kivela recorda que as forças armadas que apoiavam a FNLA já tinham tomado Caxito e praticamente estavam às portas de Luanda, daí que os confrontos passaram a ser uma cons-

tante. “O culminar da Batalha foi no dia 10 de Novembro e eles estavam convencidos de que nós tínhamos fugido e avançaram com blindados pela estrada, mas estavam enganados”, disse. A tristeza invade-lhe o rosto à medida que lembra os combates que causaram derrame de sangue e levou o luto a muitas famílias.

Francisco Kivela lembra que a batalha teve uma intensidade fora do comum para época. Realça a bravura do comandante Ndozi que levou à derrota e expulsão dos invasores.

“A proclamação da Independência foi um momento de imensa alegria e só foi pena muitos dos nossos companheiros terem ficado pelo caminho”, disse.

Apesar de no passado estarem em campos opostos, Adão Neto e Francisco Kivela partilham hoje os mesmos caminhos da amizade, companheirismo e cumplicidade que acabou por uni-los no mesmo propósito: A paz entre irmãos antes desavindos.



Do Morro da Cal o comando das forças invasoras seguia todas as movimentações das forças que estavam na defesa da cidade capital



Francisco Kivela era militar do exército da FNLA (ELNA) e combateu em Kifangondo

EDUARDO PEDRO

EDUARDO PEDRO



Manuel Pedro Pacavira foi um dos organizadores da resistência contra os ataques das forças que conspiravam contra a Independência

MANUEL PEDRO PACAVIRA

Os militantes do MPLA eram muito activos e por isso foram vencedores

que nessa altura tinha à frente o comandante César Augusto "Kiluanji".

Depois chegou a hora da acção: "Começamos a trabalhar com as bases do MPLA, constituídas por ex-presos políticos e pelos camaradas da Zona C da primeira região".

Manuel Pedro Pacavira lembra que, entre 1968 e 1969, houve uma forte ofensiva militar portuguesa na I Região e a Zona C, área da Cerca, da I Região teve de ser desactivada, porque alguns combatentes e militantes foram presos.

"Depois do golpe em Portugal, em 1974, eles manifestaram a disposição de continuar a luta sob a bandeira do MPLA. Como estava credenciado pelo Presidente Neto para coordenar as actividades internas do MPLA, percorri todos os bairros de Luanda a mobilizar e a esclarecer que estávamos a manter contactos com as autoridades portuguesas", acrescentou.

Depois da Conferência Inter-regional de Quadros do MPLA, no Moxico, foi constituída uma comissão directiva do MPLA, coordenada por Hermínio Escórcio: "eu fui eleito adjunto dele e responsável pela organização. Fomos trabalhando em ligação directa com a direcção em Brazzaville, com os camaradas das frentes Norte e Leste e mantínhamos, também, a coordenação com as autoridades portuguesas, nomeadamente com o almirante Rosa Coutinho". Ma-

nuel Pedro Pacavira foi libertado do Campo de Concentração de Tarrafal, no dia 1 de Maio de 1974. Chegou a Luanda quatro dias depois e começou a trabalhar. As acções do MPLA na frente interna conduziram à assinatura do cessar fogo com Portugal nas chanas do rio Luinhameje. Posteriormente chegou a Luanda a primeira delegação do MPLA, chefiada por Lúcio Lara, para apoiar os esforços da comissão directiva.

Daí em diante foram estabelecidos os contactos para a assinatura dos Acordos de Alvor, que determinaram a presença do Presidente António Agostinho Neto, em Luanda, onde passou a coordenar todas as acções políticas e militares até à Independência Nacional. Manuel Pedro Pacavira é peremptório ao desmentir que tenha sido o MPLA a dar início às hostilidades antes da Independência Nacional: "nós não tínhamos armas nem forças para tal. A FNLA é que tinha por trás os mercenários e as tropas do Zaire. A UNITA contava com militares portugueses hostis ao 25 de Abril e com as tropas da África do Sul".

Pacavira justifica assim a vitória do MPLA: "os nossos militantes eram muito activos e conquistaram o apoio popular. Angola inteira vitoriou Neto e o nosso movimento. Em 1975, já com a presença do Presidente Neto em Luanda, a FNLA e a UNITA concluíram-se e declararam guerra ao MPLA, rasgando os Acordos de Alvor.

Portugal, os presos políticos, militantes e simpatizantes do MPLA entenderam enviar emissários a Brazzaville para informar sobre a situação interna e pedir instruções para a reestruturação do MPLA", contou ao *Jornal de Angola*.

Hoje com 75 anos, autor de vários livros, entre os quais "Angola e o Movimento dos Capitães de Abril em Portugal", conta como foi a sua missão de "mensageiro". Depois de obtido o salvo-conduto das autoridades militares portuguesas, viajou para o Congo.

"Quando cheguei a Brazzaville, o Presidente Neto convocou os membros das direcções das frentes Leste e Norte para traçar a estratégia que nos permitisse fazer face à nova situação em Angola", disse. Manuel Pedro Pacavira já foi tudo em Angola:

dirigente político, ministro e embaixador. Hoje é deputado eleito nas listas do MPLA. Em 25 de Abril de 1974 estava preso no campo de concentração do Tarrafal, mas antes esteve no Missombo. Poucos combatentes pela liberdade estiveram tantos anos presos pelo regime colonial fascista. Foi o seu passado de combatente indomável que levou os seus camaradas a escolherem-no como mensageiro.

Em Brazzaville também teve reuniões com grandes comandantes como David Moisés "Ndozi", Jacob João Caetano "Mostro Imortal" ou Eugénio Veríssimo da Costa "Nzaji".

As orientações recebidas em Brazzaville foram passadas aos militantes, simpatizantes e antigos presos políticos em Luanda. Depois fez chegar a mensagem de Agostinho Neto à I Região,



NOVEMBRO
INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA
39º ANIVERSÁRIO

PEREIRA DINIS |

A seguir ao 25 de Abril de 1974 em Portugal, Manuel Pedro Pacavira, acabado de sair do campo de concentração do Tarrafal, Cabo verde, regressou a Luanda e foi escolhido pelos seus camaradas para contactar a direcção do MPLA em Brazzaville. "Depois do golpe Estado em

PUBLICIDADE



REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

NOTA DE IMPRENSA
COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS AUSCULTA
ORGANIZAÇÕES FEMININAS SOBRE A PROPOSTA DE OGE - 2015

A Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional (5.ª Comissão) convida as ORGANIZAÇÕES FEMININAS a participarem na sessão de trabalho com os Deputados sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2015, a ter lugar no dia 17 de Novembro de 2014 (Segunda-feira), pelas 14h00, na Sala 2 do Palácio dos Congressos. Para o efeito, solicita-se às representantes das Organizações Femininas a dirigirem-se à Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, nas horas normais de expediente, para procederem ao levantamento do suporte digital que contém a informação referente à proposta do OGE para 2015.

EIS AS ORGANIZAÇÕES FEMININAS:

- 1 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES JURISTAS
- 2 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES JORNALISTAS
- 3 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PSICÓLOGAS E SOCIÓLOGAS
- 4 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES POLÍCIAS
- 5 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ENFERMEIRAS
- 6 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES SECRETÁRIAS
- 7 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPRESÁRIAS
- 8 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES SINDICALISTAS
- 9 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE LUTA CONTRA O CANCRO
- 10 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ANGOLANAS PARA O DESENVOLVIMENTO
- 11 FEDERAÇÃO DAS MULHERES EMPRESÁRIAS
- 12 LIGA DA MULHER ANGOLA - LIMA
- 13 ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA - OMA

- 14 ORGANIZAÇÃO FEMININA DA FNLA
- 15 ORGANIZAÇÃO FEMININA DA CASA-CE
- 16 ORGANIZAÇÃO FEMININA DO PRS
- 17 REDE MULHER ANGOLA
- 18 REPRESENTANTE DA MULHER QUITANDEIRA
- 19 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA CATÓLICA (EVANELIZAÇÃO FUNDAMENTAL, LEGIÃO DE MARIA, PROMAICA)
- 20 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA METODISTA UNIDA
- 21 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA EVANGÉLICA EM ANGOLA
- 22 SOCIEDADE DAS MULHERES DA ASSEMBLEIA DE DEUS PENTECOSTAL
- 23 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA KIMBANGUISTA
- 24 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA APOSTÓLICA AFRICANA EM ANGOLA
- 25 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
- 26 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA TEOSÓFICA ESPÍRITA
- 27 SOCIEDADE DAS MULHERES DA IGREJA TOCOISTA

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM DA ASSEMBLEIA NACIONAL, em Luanda, aos 7 de Novembro de 2014.

O DIRECTOR, EM EXERCÍCIO
RAFAEL CASSECA

MEMÓRIA DOS AFECTOS

Uma noite sagrada e consagrada

ARQUIVO JORNAL DE ANGOLA



EUGÉNIO ALVES |*

De Angola com amor seria um razoável título em tempo de correria para o “eldorado” do país irmão.

De Angola parti – sem nunca mais voltar - no longínquo 14 de Novembro de 1975, três dias depois da noite sagrada e consagrada. Mas Angola era já parcela segura de afectos e combates nas noites coimbrãs do s agitados anos 60. Partilhar convívios e amizades com um tranquilo e sábio Garcia Neto, discutir métodos e medidas com o inquieto Eurico Gonçalves e bater nos matraquilhos o pacífico e discreto namorado Nini (hoje Ngongo) foram aulas magistrais de solidariedade e liberdade em tempo das tristes sebtas de in suportáveis catedráticos.

Certa noite, na república Kimbo dos Sobas, numa intensa discussão com Vasco da Gama Fernandes (presidente da Assembleia da República portuguesa pós 25 de Abril), Neto dá a primeira lição: “não bastam as palavras. Vocês falam, falam...”. Dias depois, Eurico revela um truque: o nitrato de prata mergu-

lhado na pedra ganha cor e não há detergente que valha. Na madrugada seguinte, a estátua de D. Dinis, frente à escadaria monumental ostentará, durante anos, o grito “Abaixo a Guerra Colonial”.

Outubro de 1974. Delegações do MPLA, UNITA e FNLA instalam-se em Luanda. Enviado pelo “Diário de Lisboa”, visito as sedes dos três movimentos. Chegar perto de Hendrik Val Neto, responsável da FNLA, instalado num prédio de vários andares, na Avenida Brasil, é odisseia. Miúdos de 15, 16 anos, nervosos e inexperientes, vindos do Zaire (República Democrática do Congo), encostam-nos as metralhadoras ao peito. Não falam portugueses. Subo dois andares com Fernando Balsinha (RTP), também pálido e receoso. Foram breves os minutos com um dirigente que pouco ou nada adianta sobre programa e objectivos.

A UNITA. Num minúsculo espaço, quase deserto, de um rés-do-chão, converso, horas mais tarde, com Wilson Fernandes. Afável e comedido, o jovem dirigente (que Savimbi anos depois, mandou assassinar) tenta disfarçar as dificuldades logísticas e a fraca implantação do movimento na cidade.

Vila Alice, sede do MPLA, um dia depois. Numa ampla sala da moradia, Lúcio Lara e Pepetela dão as boas vindas. Pastéis de bacalhau e cerveja animam um diálogo informal de memórias e amigos comuns. Estamos em casa. Lara, à despedida, encarrega-me de mensagens para familiares em Lisboa.

Novembro, 1975, de novo em



O momento mais emocionante nos primeiros minutos de 11 de Novembro foi quando Imperial Herói do 4 de Fevereiro içou a bandeira

Luanda. Dia 10. Garcia Neto, alto quadro das Relações Exteriores, sempre tranquilo e sábio, abre-me portas, fornece contactos e propicia uma experiência exclusiva: acompanhar o portavoz das FAPLA, comandante Juju, a Kifandongo onde, na véspera, forças do MPLA desbarataram a coluna de zairenses, mercenários portugueses e elementos da FNLA que tentavam ocupar a cidade. O líder, Holden Roberto, prometera, dias antes, aos

microfones da Rádio Kinshasa, tomar o pequeno-almoço em Luanda na manhã do dia 11.

Num vale de Kifandongo, a escassos quilómetros de Luanda, o comandante Ndalú – o França do Sporting e da Académica dos anos 50 - descreve-nos a fuga desordenada dos invasores perante a resistência das FAPLA e a eficácia dos “katiuska”. Abandonaram pelo caminho blindados, armas, fardas novas e abundante champanhe francês que levavam

para a festa. Já final do encontro, noto o sorriso irónico e divertido de um oficial das FAPLA a aproximar-se do grupo. Dez anos depois, de braços abertos, kalashnikov ao ombro, o campeão de matraquilhos, o namorado discreto, o mais pacífico dos amigos de Coimbra, Nini, agora Ngongo, dava-me um abraço.

Foi bonita a festa da Independência de Angola!

(*) Jornalista do “Diário de Lisboa” enviado a Angola para o 11 de Novembro

PUBLICIDADE



REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

NOTA DE IMPRENSA

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS AUSCULTA PARCEIROS
SOCIAIS SOBRE A PROPOSTA DE OGE-2015

A Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional (5.ª Comissão) convida os PARCEIROS SOCIAIS a participarem na sessão de trabalho com os Deputados sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2015, a ter lugar no dia 17 de Novembro de 2014 (Segunda-feira), pelas 09h00, na Sala 2 do Palácio dos Congressos. Para o efeito, solicita-se aos representantes dos Parceiros Sociais a dirigirem-se à Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, nas horas normais de expediente, para procederem ao levantamento do suporte digital que contém a informação referente à proposta do OGE para 2015.

EIS OS PARCEIROS SOCIAIS:

1. ALIANÇA EVANGÉLICA ANGOLA – AEA
2. ASSOCIAÇÃO DOS ECONOMISTAS DE ANGOLA
3. ASSOCIAÇÃO FISCAL ANGOLANA
4. ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL ANGOLANA – AIA
5. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CORAÇÃO
6. ASSOCIAÇÃO UNIDOS DE CAXINDE
7. ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DOS MILITARES MUTILADOS DE GUERRA AMMIGA
8. ASSOCIAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA RENAL – AIR
9. ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ANGOLA – APA
10. ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES – AAC
11. ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DE ENSINO ESPECIAL – AAEE
12. ASSOCIAÇÃO DOS ENFERMEIROS ANGOLANOS – AEA
13. ASSOCIAÇÃO DOS FARMACÊUTICOS ANGOLANOS AFA
14. ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS ANGOLANOS
15. ASSOCIAÇÃO JUVENIL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – AJUDEH
16. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE – ADRA
17. ASSOCIAÇÃO DOS NATURAIS DA BAIXA DE KASSANJE
18. ASSOCIAÇÃO JUSTIÇA, PAZ E DEMOCRACIA – AJPD
19. ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS DE ANGOLA – ABANC
20. CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS DE ANGOLA – CDOA
21. CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA – CCI
22. CONSELHO DE COORDENAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS CCDH
23. CONSELHO DE IGREJAS CRISTÃS DE ANGOLA – CICA
24. CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE – CNJ
25. COMITÉ OLÍMPICO ANGOLANO – COA
26. COMITÉ PARALÍMPICO DE ANGOLA
27. CRIANÇA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE ANGOLA – SOS
28. COMITÉ DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – CONGA
29. CONFERÊNCIA ECLESIASTICA DE ANGOLA E SÃO TOMÉ – CEAST

30. COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO SUL DE ANGOLA
31. FEDERAÇÃO ANGOLANA DE BASQUETE – FAB
32. FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL – FAF
33. FEDERAÇÃO ANGOLANA DE ANDEBOL – FAA
34. FEDERAÇÃO ANGOLANA DE TÊNIS DE MESA – FATM
35. FEDERAÇÃO ANGOLANA DE XADRÉS – FAX
36. FEDERAÇÃO ANGOLA DE PATINAGEM – FAP
37. FEDERAÇÃO ANGOLA DE CICLISMO – FACI
38. FORÇA SINDICAL ANGOLA
39. INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INADEC
40. JUVENTUDE ECOLÓGICA ANGOLANA – JEA
41. LIGA DE JOVENS EMPRESÁRIOS DE ANGOLA – PRESTÍGIO
42. MOVIMENTO – LEV'ARTE
43. ORDEM DOS ADVOGADOS DE ANGOLA – OAA
44. ORDEM DOS MÉDICOS DE ANGOLA – OMA
45. ORDEM DOS ENGENHEIROS DE ANGOLA – OEA
46. ORDEM DOS ARQUITECTOS DE ANGOLA – OAA
47. OBSERVATÓRIO POLÍTICO SOCIAL DE ANGOLA – OPSA
48. ORDEM DOS CONTABILISTAS DE ANGOLA
49. ORDEM DOS ENFERMEIROS DE ANGOLA
50. SINDICATO NACIONAL DOS PROFESSORES PARA O ENSINO SUPERIOR
51. SINDICATO DOS JORNALISTAS DE ANGOLA – SJA
52. SINDICATO INDEPENDENTE LIVRE DE ANGOLA – CG-SILA
53. SINDICATO DOS PROFESSORES DE ANGOLA – SINPROF
54. UNIÃO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA – UNESA
55. UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS – UEA
56. UNIÃO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS – UNAP
57. UNIÃO DOS JORNALISTAS DE ANGOLA – UJA
58. UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS – UNTA/C/S
59. UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES ANGOLANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM DA ASSEMBLEIA NACIONAL, em Luanda, aos 7 de Novembro de 2014.

O DIRECTOR EM EXERCÍCIO
RAFAEL CASSECA

O povo em estado de mobilização

Heróicos habitantes de Luanda deram tudo o que



NOVEMBRO

INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA
39º ANIVERSÁRIO

ARTUR QUEIROZI*

A rádio abriu os microfones a José Ndele e Johnny Pinock Eduardo, membros do Colégio Presidencial, a superestrutura que comandava o Governo de Transição, presidida pelo Alto Comissário português, almirante Leonel Cardoso. Os responsáveis da Direcção de Informação intimidaram-se com os cargos e permitiram que ambos lessem mensagens onde apelaram ao “povo do Sul” e ao “povo do Norte” para abandonarem imediatamente Luanda porque as suas vidas estavam em perigo. A partir daquele momento os luandenses testemunharam a maior tragédia humana desde a sua fundação. Nem a ocupação holandesa causou tantos danos.

José Ndele representava a UNITA no Colégio Presidencial e Pinock Eduardo, a FNLA. Lopo do Nascimento era o representante do MPLA, que assistiu impotente à “limpeza étnica” em directo, na Emissora Oficial de Angola, hoje Rádio Nacional. O almirante Leonel Cardoso era um homem honesto, competente e amigo dos angolanos. Quando ouviu o “apelo” de Ndele e Pinock Eduardo ficou destroçado. Mas o mal estava feito e centenas de angolanos abandonaram Luanda à pressa.

O terminal da empresa de camionagem EVA, que fazia viagens para o Centro e Sul de Angola, foi invadido por milhares de pessoas que queriam abandonar Luanda a todo o custo. Milhares e milhares de angolanos acamparam no espaço envolvente, até ao Hospital Militar. Não havia carros para tanta gente. Foram necessárias duas semanas para “esgotar” aquela multidão. Do Morro da Cal já tinham



Aplausos e sorrisos no rosto das pessoas à chegada de António Agostinho Neto ao local onde leu o texto da proclamação da independência da República Popular de Angola

começado os bombardeamentos a Kifangondo. Os estrondos ouviam-se nas ruas de Luanda. As mães que aguardavam por transporte, apertavam os filhos contra o peito e todos choravam.

Activistas do MPLA tentavam convencer as pessoas a ficar. Mas em vão. Grupos organizados distribuía água e alguma coisa que comer. Os que ficavam deram uma lição única de

solidariedade. Partilhavam com os seus compatriotas o pouco que tinham. Naquela fase em Luanda já não havia farmácias abertas, nem comida para bebés. Lojas e supermercados estavam encerrados. Os que ainda estavam com portas abertas tinham as prateleiras vazias.

Os repórteres perguntavam aos que queriam partir por que razão deixavam tudo para trás:

empregos, casas, amigos. Ninguém dava uma resposta lógica. Todos justificavam a partida com as ameaças proferidas por José Ndele e Johnny Pinock Eduardo aos microfones da Emissora Oficial de Angola.

Segundo os representantes da UNITA e da FNLA no Colégio Presidencial, a vida de todos os que viviam em Luanda estava em perigo. O “povo do Sul” e o “povo do Norte” ainda mais. A fuga era imparável. A Estrada de Catete registava um movimento nunca visto. Milhares de camiões, carrinhas e carros particulares deslocavam-se em direcção ao Planalto Central, ou às províncias do Uíje e Zaire, carregados de gente e as trouxas com os seus parcos haveres. Estava a desenhar-se a “balcanização” de Angola. E a divisão étnica proclamada por dois movimentos de libertação.

ESTAÇÃO DO BUNGO

Na estação de comboios do Bungo a situação era ainda pior do que na zona do terminal de maximbombos e do Hospital Militar. O “acampamento” daqueles que pretendiam deixar Luanda chegava ao largo do Palácio de Vidro e aos terrenos do Porto. Os comboios em direcção ao

Dondo, Ndalatando e Malanje partiam apinhados de gente. As crianças choravam de fome e sede. As mães choravam de dor. Os homens de impotência.

A medida que se aproximava o dia 11 de Novembro de 1975 diminuía os que esperavam transporte. Mas aumentavam os estrondos dos bombardeamentos da artilharia inimiga instalada no Morro da Cal.

Nesta altura, os sul-africanos já tinham invadido Angola pela fronteira Sul. Savimbi ameaçava tudo e todos aos microfones do Rádio Clube da Huíla. Um “oficial” do ELP (Exército de Libertação de Portugal) pedia a morte dos “comunistas”. “Comandos” ligados ao Esquadrão Chipenda saqueavam casas comerciais e esvaziavam os cofres das agências bancárias.

Afinal todos os que fugiram de Luanda foram meter-se na boca dos lobos: as tropas do regime racista de Pretória e os restos das forças fascistas de Lisboa. Savimbi deixou de ser o “muata da paz” e passou a chefe das forças invasoras que cometeram no Sul, Centro e Leste de Angola as maiores barbaridades contra os angolanos. As tropas da África do Sul avançaram sobre o Huambo e o Leste. A força principal desceu do Lubango pela estrada



O Museu de História Militar de Angola e o Memorial Agostinho Neto são testemunhos da gesta heróica do povo angolano pela liberdade

ROGÉRIO TUTY

fez festa no dia da Independência tinham para fazer da cidade a capital da Liberdade

de Quilengues até Benguela e depois em direcção ao Sumbe. Os “carcamanos” só foram travados no Ebo. Atrás de si deixaram um rasto de morte e destruição. Os luandenses, de todas as regiões, tal como fizeram durante a ocupação holandesa, ficaram a defender a sua cidade.

A CIDADE E OS CÃES

Durante longos meses nas ruas de Luanda só se ouvia o martelar em tábuas inteiras de quatro a seis metros, para fazer grandes caixotes. Primeiro era construída a base. Depois eram colocados em cima carros, máquinas, mobiliário, tudo o que se movesse. De seguida, eram erguidas as paredes e por fim a tampa.

Os caixotes gigantes seguiam em plataformas para o Porto de Luanda onde aguardavam navio para Lisboa. Ao êxodo dos angolanos para o Norte e para o Sul seguiu-se o saque total, a partida dos europeus e muitos funcionários públicos angolanos nos aviões civis e militares que partiam da Base Aérea de Luanda, a “número um”.

Umhas semanas antes da Independência Nacional, Mário Soares em nome do Governo Português criou uma ponte aérea a partir do Huambo. Para eles, era preciso que até ao dia 11 de Novembro de 1975 Angola ficasse sem o maior número de quadros possível. E esses eram europeus na esmagadora maioria.

O trânsito em Luanda recuou aos anos 20, quando começaram a circular os primeiros automóveis. Os jovens, homens e mulheres, defendiam a Pátria em todos os campos de batalha. Nos bairros



Invasões estrangeiras pelo Norte e Sul do território nacional obrigaram a juventude angolana a reagir com uma mobilização nunca vista

só estavam velhos, mulheres e crianças. Ajudavam os combatentes da liberdade como podiam. E podiam pouco. Os que partiram para Sul, Norte ou para a Europa abandonaram milhares de gatos e cães. As ruas de Luanda tinham pouca gente mas muitos cães, que andavam sem destino. Os animais abandonados aproximavam-se da primeira pessoa que encontravam, abanando o rabo. Estavam famintos. Mas em Luanda havia pouca

comida para os humanos. Juntava-se a fome com a vontade de comer. Após o Dia da Independência Nacional os cães e gatos abandonados foram rareando.

A CIDADE E O SILÊNCIO

No amanhecer de 10 de Novembro de 1975 os canhões instalados no Morro da Cal disparavam sobre Kifangondo sem parar. Os heróis de Luanda sabiam que estava a ser preparado o

assalto final à sua cidade. Cada casa era uma fortaleza e lá dentro havia um combatente pronto a enfrentar os invasores. Só andava na rua quem tinha mesmo que andar.

A meio da manhã os canhões troavam como nunca. A batalha estava no auge. Viaturas civis e militares seguiam pela estrada do Cacucaco em direcção a Kifangondo. A vila piscatória estava abandonada. Os civis tinham sido levados para zonas mais seguras. Em Kifangondo Luanda estava a

ser defendida com unhas e dentes. Os blindados do Esquadrão Bravo do Exército do Zaire de Mobutu, não passaram. Pelo lado dos aviários, as tropas zairenses foram apanhadas entre os pântanos e o fogo a partir das posições das FAPLA. Queriam chegar a Luanda e caíram no inferno.

As tropas inimigas começaram a retirar de Kifangondo. O comandante Ndozi, que comandava a Nona Brigada, queria partir em sua perseguição mas não podia. A meio da madrugada começou a cair uma chuva miúda que inviabilizou a perseguição. “A sorte protege os bandidos”, dizia o grande comandante.

A meia-noite do dia 10 de Novembro de 1975, António Agostinho Neto, rodeado por um punhado de combatentes, entre os quais José Eduardo dos Santos, proclamava ante os angolanos, África e o Mundo, no Largo Primeiro de Maio, em Luanda, a Independência Nacional.

Depois de ler o texto, a noite de Luanda ficou dia. Milhares de projectéis disparados de armas de guerra para o ar iluminaram a cidade. Mas todos ficaram nas suas trincheiras, que era cada casa de todas as ruas e de todos os bairros.

Depois a cidade mergulhou num profundo silêncio, perturbado de vez em quando pelo uivar de cães sobreviventes. Luanda na manhã do Dia 11 de Novembro de 1975 já era outra cidade. Tinha fome, tinha sede, chorava de dor e luto, mas os luandenses eram livres como nunca antes foram. A capital da Angola Independente passou a ser acima de tudo a Capital da Liberdade.

(*) Repórter do “Diário de Luanda” em 11 de Novembro de 1975



Caixotes gigantes com bens e equipamentos existentes em Angola seguiam em plataformas para o Porto de Luanda onde aguardavam navios para Lisboa numa corrente que visava arrasar a economia e intimidar as populações

MEMÓRIA DE JAKA JAMBA

“Os nacionalistas devem ser homenageados”

Deputado da UNITA propõe a criação de um Memorial da República



JOSINA DE CARVALHO |

Almerindo Jaka Jamba, deputado da UNITA e que foi secretário de Estado da Comunicação Social no Governo de Transição, propõe a construção de um Memorial da República em homenagem a todos os que contribuíram para a conquista da Independência Nacional.

O político e também historiador considera o rei Ndunduma, os pastores Jesse Chipenda e Guilherme Inglês, e Holden Roberto como personalidades importantes na história da Independência Nacional.

Doutorado em Filosofia pela Faculdade de Letras pela Universidade Clássica de Lisboa, deputado contou que o rei Ndunduma, do Bié, foi preso e deportado para Cabo Verde, por fazer resistência ao colonialismo português. Por esta razão, sugere a construção de uma estátua em sua homenagem.

O pastor Jesse Chipenda morreu no campo de concentração de São Nicolau. Ele não tinha um partido, contou Jaka Jamba, mas era um nacionalista que nas suas pregações levantava a necessidade do povo angolano ser livre.

O pastor Guilherme Inglês, pai da secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, também foi morto pela Pide, a política portuguesa. “Todos estes nacionalistas devem ser homenageados”, defendeu, sugerindo ainda a atribuição do nome de Holden Roberto a uma rua de Luanda. Jaka Jamba apela aos cidadãos à construção de uma



MARIA AUGUSTA

O deputado e historiador diz que a Independência Nacional é o maior acontecimento histórico protagonizado pelos angolanos

Angola onde todos estejam envolvidos e reconciliados “para encontrar as bases da angolanidade, constituídas pela herança e pelo património cultural africano”. Jaka Jamba defende ainda que o cristianismo, por ter uma marca forte da cultura nacional, pode também tornar-se num dos pilares da angolanidade.

ACORDO DE BICESSE

A Independência Nacional é o maior acontecimento histórico protagonizado pelos angolanos, que conseguiram consagrar a sua soberania a nível nacional e internacional, por mérito pró-

prio. A assinatura do Acordo de Bicesse é no seu entender “a segunda maior vitória do povo angolano”, por marcar o fim do sistema monopartidário e a consagração de um estado democrático e de direito. Jaka Jamba considera importante a realização de eleições periódicas, livres, justas e transparentes. “Por isso a realização das eleições autárquicas não é um contra senso. É um completamento do projecto democrático”, sustentou.

Igualmente, afirma que só pode haver democratização no país “se houver alternância do governo e dos partidos, além de pluralismo ao nível da imprensa”. O

deputado da Unita também aponta a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judicial, como um dos pressupostos para a democratização. Justifica que não pode haver a hegemonia de um dos poderes em relação ao outro, porque acaba com o equilíbrio.

DEFESA DO REGIONALISMO

“A representatividade no Parlamento dos vários segmentos sociais e regiões que constituem o país deve igualmente ser observada”, disse Jaka Jamba.

No actual sistema eleitoral os partidos apresentam listas de candidatos aos círculos provinciais, mas o deputado da UNITA quer uma representatividade por regiões.

“Tudo isso não pode ser feito de um dia para o outro”, disse, recordando que o primeiro passo foi a assinatura dos Acordos de Bicesse e depois a consagração de princípios fundamentais na Constituição da República de 2010.

“A consolidação do processo”, explica, “culmina no dia em que o país realizar eleições sem serem contestadas. Acredito que vamos chegar a este nível, como acontece no Brasil, onde o voto já é electrónico e dificulta a existência de fraude”, afirmou.

O terceiro momento, prossegue, é a fase do aprofundamento da democracia. “Alguns dizem que já estamos nessa fase. Acho que não é verdade, porque ainda não consolidamos a etapa anterior e há gente a morrer por ter ideias diferentes. Isto não é salutar para uma democracia. Temos de aceitar o outro na diferença”, sublinha o deputado.

Do ponto de vista social, o político focou a sua análise no sector da educação porque entende

ser um dos principais para a concretização dos desafios da reconstrução do país. Jaka Jamba afirma que o país não deu grandes passos nesta área. “Certamente que com a Independência Nacional temos uma capacidade de iniciativa que não se compara com o período da colonização. Mas não se está a prestar a devida atenção à escola pública.” O deputado diz que grande parte das famílias, face ao descrédito da escola pública, procura os colégios, onde há um pouco mais de rigor em termos de qualidade de ensino.

Quanto ao Ensino Superior, diz que há a tendência de se investir mais na quantidade do que na qualidade, sem ter em conta as grandes prioridades nacionais. “Tem de haver uma orientação para a identificação dos sectores para os quais temos que formar mais quadros”, afirma.

ACORDOS DE ALVOR

Jaka Jamba destacou a importância do Acordo de Alvor para a História de Angola. Referiu que foram estes acordos que pela primeira vez levaram a potência colonial a aceitar o princípio da autodeterminação do povo angolano, a sua independência, e a reconhecer solenemente os três movimentos de libertação: MPLA, UNITA e FNLA.

Depois desse momento, explica, foi necessário formar um Governo de Transição com representantes dos três movimentos de libertação: “Manuel Rui Monteiro era o ministro da Comunicação Social, em representação do MPLA, eu e Hendrick Vaal Neto, secretários de Estado pela UNITA e FNLA”.

O Acordo de Alvor, celebrado a 15 de Janeiro de 1975, estabeleceu as principais tarefas que deviam ser feitas até ao dia 11 de Novembro. O Governo de Transição tomou posse a dia 31 de Janeiro de 1975.

A integração das forças armadas dos três movimentos de libertação foi a principal tarefa do Governo de Transição, conta Jaka Jamba, “porque não se podia governar com três forças armadas, devido ao risco de divergência entre elas”.

“É por tudo isso que o dia 11 de Novembro foi um momento de grande expectativa”, disse, lembrando que não houve posteriormente capacidade da parte dos movimentos de libertação para encontrarem uma plataforma de entendimento para a condução de Angola.

A UNITA abandonou o Governo de transição. Ministros e secretários de Estado, incluindo Jaka Jamba, foram para o Huambo no dia 8 de Agosto de 1975.

“Ficámos lá até ao dia da Independência Nacional. Por isso, fala-se na consagração de duas repúblicas. A República Popular de Angola, proclamada em Luanda, e a República Democrática do Huambo, que historicamente foi a que venceu, porque hoje o conceito democrático sobrepõe-se ao conceito de República Popular”, afirma Jaka Jamba, que naquela altura tinha 26 anos.



MARIA AUGUSTA

“Acredito que vamos chegar ao dia em que realizamos eleições sem serem contestadas como acontece no Brasil onde o voto é electrónico”

AGOSTINHO NETO

A personalidade de um grande lutador



LUÍS NETO KIAMBATA |

O mês de Setembro foi reservado o dia do Herói Nacional. Novembro é o mês da Independência Nacional. Estas comemorações têm sempre presente a personalidade do Dr. António Agostinho Neto, Fundador da Nação e Primeiro Presidente de Angola, homem que durante o seu tempo de vida não poupou esforços e fez sacrifícios, que muitos não imaginam e outros desconhecem, e que naquela primeira hora de 11 de Novembro de 1975, perante a África e o Mundo, proclamou a Independência de Angola.

Agostinho Neto colocou Angola no mapa dos países independentes e soberanos, cortando para sempre os vínculos e os laços políticos da desigualdade e da opressão entre o colonialismo português e os povos de Angola.

A libertação de Angola foi o corolário de um princípio que teve as suas raízes ainda nos tempos dos nossos reinos, quem mesmo lutando contra os opressores, vezes sem conta se combatiam também entre si, adiando por muito tempo a data da nossa liberdade que chegou, finalmente, a 11 de Novembro de 1975.

Com o 11 de Novembro tivemos em nosso poder o resgate da nossa identidade, obtivemos a possibilidade de sermos nós mesmo a determinar o nosso próprio género de vida, de traçarmos o nosso próprio futuro e caminharos até aos nossos dias, pesem embora as intempéries que a História deixou para Angola. Todos nós, mesmo os mais novos, conhecem o percurso histórico trilhado pela nossa jovem República, que tendo apenas quatro décadas de existência pode já ser considerada uma referência.

MILITÂNCIA ANTI-COLONIAL

Nascido a 17 de Setembro de 1922, na vila de Kaxicane, na região de Icolo e Bengo, a pouco mais de 60 quilómetros de Luanda, Agostinho Neto foi filho de um pastor evangélico metodista, Agostinho Pedro Neto, e de mãe professora, Dona Maria da Silva Neto. Fez os estudos secundários no Liceu Salvador Correia e antes de partir para Portugal, para seguir estudos de Medicina, trabalhou três anos em Angola nos Serviços de Saúde Pública, em Luanda e Malanje.

Em 1947 partiu para Coimbra, onde estudou Medicina, com uma bolsa de estudos patrocinada pela Igreja Evangélica Metodista. Ali tornou-se um militante activo do anti-colonialismo. Em 1951, ainda estudante, Agostinho Neto organiza uma recolha de assinaturas para serem entregues na Conferência Mundial da

Paz em Estocolmo. É preso pela PIDE, polícia fascista de Salazar. Libertado ao fim de cinco semanas, Agostinho Neto retomou as suas actividades no seio do Movimento de Unidade Democrática (MUD) representando a juventude das colónias. Não demorou muito tempo, foi novamente preso pela PIDE, pela segunda vez, quando assistia à reunião pública do MUD, a que também assistiam outros estudantes, operários e camponeses.

Em 1955 Agostinho Neto é uma vez mais preso pela PIDE, numa altura em que em Angola fervilhava o espírito nacionalista e se alinhavava a criação do MPLA, através de algumas organizações políticas clandestinas, como foi o caso do MIA, do ELA, do MINA, que deram lugar ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

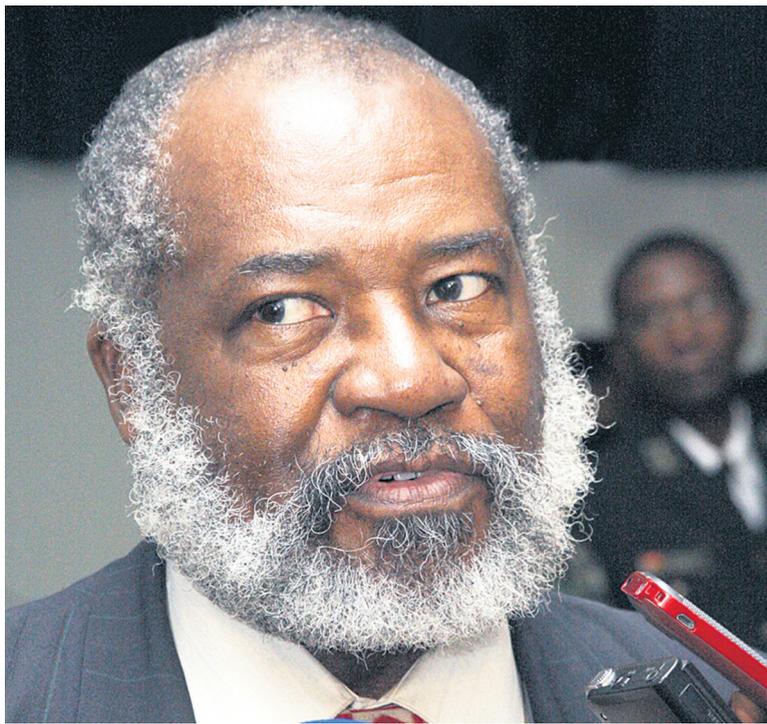
Em 1956 foi fundado o MPLA. O manifesto que acompanhou a criação do MPLA tinha como linhas de força o seguinte: “A queda do colonialismo português não será possível sem luta. Só há um meio que permite ao povo angolano de se libertar: a luta revolucionária. Está luta só poderá ser vitoriosa através de uma frente unificada de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem distinção de cores políticas, da situação social dos indivíduos, das suas crenças religiosas e das suas tendências filosóficas, e somente por meio de um largo Movimento Popular de Libertação de Angola”. Assim nasceu o MPLA, que a partir daí iria levar o combate libertador com acções heróicas, como naquela gloriosa madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, e que proclamou, na voz inesquecível do Presidente Agostinho Neto, a Independência Nacional.

Ainda como estudante, Neto estava encarcerado e uma campanha foi organizada em favor da sua libertação. Foram organizadores e apoiaram a campanha Jean Paul Sartre, André Malraux, Simone de Beauvoir e outras personalidades do mundo político, das artes e das letras. Em 1957, Agostinho Neto foi eleito e declarado Prisioneiro do Ano pela Amnistia Internacional, devido à sua entrega à causa da Liberdade dos Povos Colonizados.

É novamente posto em liberdade em Junho de 1957 e contrai matrimónio em 1958 com Maria Eugénia Neto, exactamente no dia em que obteve o seu diploma de médico em Lisboa. Começa assim um novo capítulo na vida do jovem médico. Sempre ligado a luta pela Independência Nacional, o Dr. Agostinho Neto regressa a Angola em Dezembro de 1959.

LUTA COMPLEXA

O período entre 4 de Fevereiro de 1961 e 11 de Novembro de 1975 foi marcado em Angola por situações muito complexas e muitas dificuldades. Havia desunião nas duas forças políticas daquele tempo, contradições e divisões, presença de acções de tribalismo, regionalismo, racismo e oportunismo e outros factores históricos, políticos, sociais, ideológicos, fizeram a sua aparição no processo da nossa luta de libertação.



Luís Neto Kiambata destaca a figura do fundador da Nação Angolana Dr. Agostinho Neto

A situação internacional da época é caracterizada pela saída da II Guerra Mundial, o aparecimento da Guerra Fria entre dois blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética e por dois mundos divididos entre Socialismo e Capitalismo. No Bloco Socialista sobressai o conflito entre a União Soviética e a China e na Ásia e em muitos países de África dá-se a descolonização e surgem as independências, incluindo o aparecimento de novas fronteiras perto de Angola. Em África, assiste-se à fundação da Organização de Unidade Africana (OUA) e à afirmação dos seus objectivos, com a noção de União ainda a flutuar no vazio, ao mesmo tempo que os últimos bastiões do colonialismo e o sistema do apartheid acentuam a repressão aos povos africanos.

Todos esses factores chegaram a criar mesmo, em alguns casos, sérias dificuldades à nossa luta de Libertação. Muitos interesses estiveram em causa, acrescidos de dissabores internos no movimento de libertação, com as dissidências, deserções e traições inerentes aos processos de libertação.

É nesse clima que o Presidente Neto encontra o movimento de libertação. A Frente Norte de Angola estava fragilizada. Os governos de Kasavubu, Cyrille Adoula, Joseph Ileo e Mobutu contribuíram para adiar a hora da nossa independência, porque proibiram que o território do Congo Léopoldville (Kinshasa) fosse utilizado pelos guerrilheiros do MPLA. Abriu-se então a Frente de Cabinda, que foi considerada como laboratório dos quadros do MPLA. Abriu-se depois a Frente Leste, após a Zâmbia se tornar independente, em 1964.

Mas outros problemas surgiram até se normalizarem as relações desagradáveis na região. O Presidente Agostinho Neto, com a sua personalidade, esteve à altura de todos os momentos, sobretudo dos momentos mais difíceis. Se ele tivesse desaparecido no decorrer da luta de Libertação, teríamos tido muitas e mais dificuldades. Foi um homem de dimensão não só angolana, não só africana, mas de dimensão

mundial. Foi ele que colocou Angola no mapa. Notabilizou-se pela sua tenacidade, espírito de sacrifício, foi um lutador incansável pelos direitos inalienáveis do Povo Angolano nos planos tanto político, cultural e social e tudo fez para deixar Angola em paz, com amizade, solidariedade e respeito entre o nosso país e todos as nações, para que houvessem benefícios e vantagens recíprocas na cooperação.

O COMBATE DIPLOMÁTICO

A conjuntura mundial nem sempre foi favorável aos avanços que poderiam ter sido aproveitados da melhor maneira para encurtar os tempos de sacrifícios e de confrontação entre nós e os colonialistas portugueses. Se houvesse vontade política de Portugal, teriam sido acatadas as pertinentes resoluções adoptadas nos fóruns internacionais que exigiam que Portugal cumprisse escrupulosamente, em especial, a famosa Resolução 1514, de Novembro de 1960, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que se referia ao direito dos Povos Coloniais à Auto-determinação e Independência.

Um dos avanços a que me refiro foi a iniciativa que os partidos angolanos tiveram quando endereçaram um Documento ao Dr. Oliveira Salazar enquanto chefe do governo fascista de Portugal, propondo negociações para numa análise da situação então vigente em Angola etranchando vias na perspectiva de se alcançar a auto-determinação e independência da então colónia de Angola. Salazar não só não respondeu à petição como logo de seguida mandou enclausurar os signatários do Documento. Começou aí o denominado “Processo dos 50”.

A única via que restava era a luta armada, como alternativa, se não resultassem as negociações, como preconizava o Manifesto do MPLA. Foi assim que surgiu o 4 de Fevereiro de 1961, data do início da insurreição contra o regime colonial.

O Presidente Neto também bebeu da fonte pan-africanista as ideias de ajuda às lutas de outros povos, defendendo que nas lutas

dos povos do Zimbabwe, da Namíbia e da África do Sul estavam “a continuação da nossa luta”. Este ensinamento foi um acréscimo nas nossas responsabilidades e no engajamento dos povos africanos de contribuírem para a luta e as aspirações dos povos coloniais, indo ao encontro das resoluções da ONU, do Movimento dos Países Não Alinhados, da Organização de Unidade Africana (hoje a União Africana).

O Presidente Neto chamava, sobretudo, a atenção no areópago africano para essas responsabilidades – e eu sou testemunha vivo disse porque o acompanhei em muitas reuniões. Ele chamava a atenção dos africanos, em particular, para a necessidade do cumprimento das resoluções adoptadas internacionalmente. E porquê sublinhava ele este aspecto? É que havia países africanos que, pelos mais diversos motivos – políticos, económicos, de sobrevivência fronteiriça, de traições, de vendidos aos colonialistas portugueses – não só não cumpriam as resoluções internacionais como ainda se mostravam medíocres nas condenações ao colonialismo português, ao regime ilegal vigente na então Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe) do tempo de Ian Smith e a assistência de apartheid África do Sul. Era complicado.

A nossa luta político-ideológica, socialista, encontrou também grandes obstáculos causados pela propaganda imperialista. Um exemplo: durante a VI Cimeira dos Países Não Alinhados, que se realizou em Havana em Setembro de 1979, alguns delegados africanos, do Senegal, Zaire, Togo, etc., vociferaram contra o facto de a cimeira ter lugar em Cuba e o que dissearam contra o socialismo demonstrou qual foi o trabalho e a tática utilizados pelos países que está distante a 90 milhas da ilha emantém um bloqueio irracional sobre Cuba. Naquela cimeira, a réplica aos argumentos levantados pelos delegados daquelas nações africanas foi dada pelo falecido companheiro Carlos Rafael Rodrigues, a quem eu rendo homenagem.

A JUVENTUDE ANGOLANA

A nossa juventude deve em primeiro lugar honrar os mais velhos. Devem conhecer que a nossa mãe África tem sido submetida às mais abjectas formas de opressão e de humilhações. Os nossos povos africanos sofreram a deportação, o morticínio e a discriminação racial. África serviu igualmente de fonte de escravos que foram transportados para fora do nosso continente. As nossas riquezas e matérias-primas foram sujeitas ao saque. Os nossos povos reinos despedaçados, hábitos e costumes violados, trabalhos forçados impostos, as identidades desqualificadas e muitas vezes negadas em detrimento de exigências que destruíam os nossos valores intrínsecos.

Ainda hoje, nos países já independentes, perduram vestígios degradantes dos efeitos da colonização. Mas estas situações de desigualdade tinham que terminar e muitos acontecimentos de grande vulto ajudaram a ditar o fim da colonização.

ANGOLA EM NÚMEROS DESTE ANO

Economia cresce e os avanços sociais



Os sucessos de Angola nas quase quatro décadas que se seguiram à Independência Nacional estão à vista de todos. Nem a guerra conseguiu travar a vontade dos angolanos criarem um grande país. Os números da execução do Plano Nacional deste ano, apurados no mês de Setembro, a que o *Jornal de Angola* teve acesso, falam por si. Basta referir os ganhos já conseguidos este ano, à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento, que vai até ao fim desta legislatura. Os factos são esmagadores.

2,3 POR CENTO

Crescimento da economia mundial no primeiro trimestre. Para o segundo trimestre as previsões apontam para 2,5 por cento. Estes indicadores situam-se abaixo da previsão de 3,5 por cento para este ano. Angola vai acabar este ano acima da média mundial.

6,0 POR CENTO

Taxa de inflação nos países emergentes registada no primeiro semestre. Brasil (6,95 por cento), China (2,7 por cento), Índia (9,3 por cento) e África do Sul (5,5 por cento). Angola está em linha com esta realidade.

5,1 POR CENTO

Taxa de crescimento da economia da África Subsaariana no segundo trimestre deste ano, quando comparada com as demais regiões. Angola está inserida nesta realidade económica.

7,7 POR CENTO

Evolução da Economia Angolana no primeiro trimestre deste ano e 8,9 por cento no segundo trimestre, taxas superiores às estabelecidas para o ano passado.

3,12 MIL MILHÕES DE DÓLARES

Reservas internacionais líquidas angolanas.

101,83 DÓLARES

Preço médio do crude no primeiro semestre. Neste momento está cerca de 20 dólares mais barato.

1,21 MIL MILHÕES DE KWANZAS

Receitas fiscais no primeiro trimestre. No trimestre foi de 1.1 mil milhões de kwanzas com a Receita Petrolífera a crescer 17,0 ppr cento comparativamente ao período anterior, uma contribuição de 74,0 por cento no total das receitas.

751,1 MIL MILHÕES DE KWANZAS

Número das despesas fiscais no primeiro trimestre deste ano. e 1.154,1 mil milhões de Kwanzas foram as despesas fiscais no segundo trimestre.

158,1 MILHÕES DE BARRIS

Produção de petróleo bruto no primeiro trimestre, uma média de 1,757 milhões de barris por dia. A produção do segundo trimestre atingiu 159,7 milhões de barris, uma média diária de 1,755 milhões de barris.

388,9 MIL METROS CÚBICOS

Capacidade de armazenagem em terra do petróleo no primeiro trimestre. A capacidade aumentou para 391,5 mil m³, no segundo trimestre.

13,749 MIL MILHÕES DE BARRIS

Reservas (provadas, prováveis e possíveis) de petróleo bruto estando ainda por avaliar as reservas resultantes das novas descobertas.

9,11 POR CENTO

Taxa de inflação homóloga no primeiro trimestre.

96,17 é a taxa de câmbio de referência Kwanza/Dólar.**62 NOVOS PROJECTOS**

foram concluídos no âmbito do Programa Água para Todos, dos quais 18 pe-

quenos sistemas de água e 44 pontos de água.

49 MUNICÍPIOS foram abrangidos pela execução de instrumentos de ordenamento do território.

390 é o número de projectos estruturantes provinciais.

100 POR CENTO

Execução Financeira do Programa Nacional de Hospitais de Referência, para os Hospitais Provinciais do Uíge e Zaire.

100 POR CENTO

Total da execução financeira do Programa de Reabilitação e Dotação de Infra-Estruturas do Ensino Superior no Bengo, Benguela, Cuanza Sul e Huíla.

2,75 MIL MILHÕES DE KWANZAS

Número do crédito à economia.

9.705 FAMÍLIAS foram formadas nos domínios da criação de hortas e plantação de produtos do campo para o aumento dos seus rendimentos. Beneficiaram também da construção de infra-estruturas.

53.000 CRIANÇAS

Número de crianças a quem foram distribuídos mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração.

6.000 MILITARES fizeram cursos no âmbito dos programas de formação técnico-profissional, assim distribuídos: 31 por cento no Estado-Maior General, 64 por cento no Exército, um por cento na Força Aérea Nacional e quatro por cento na Marinha de Guerra Angolana.

13 PROVÍNCIAS têm em curso projectos de construção de casas económicas e sociais, destinadas a oficiais no activo, oficiais na reforma e antigos militares mutilados de guerra.

6

Número de estabelecimentos prisionais construídos, reabilitados e ampliados em Menongue, Cuando Cubango, Kindoqui, Uíge, Saurimo, Lunda Sul, Damba, Malanje, Cambebeia e no Hospital Psiquiátrico de Luanda.

12.700 ANTIGOS MILITARES foram reintegrados social e profissionalmente.

160 CANDIDATURAS foram recebidas para o Concurso Ideia Brilhante com vista a desenvolver uma agenda de fomento do empreendedorismo.

11 EMPRESAS

Total de empresas que aderiram ao programa Made in Angola, representando um total de 64 produtos.

87.000 LICENCIAMENTOS

Licenciamentos aprovados para operações de importação e mais de 1.300 operações de exportação.

1,5 MILHÕES

Explorações agrícolas familiares assistidas, enquadradas em 7.900 associações e 1.500 cooperativas.

9.700 FAMÍLIAS

Números de famílias beneficiadas com acções de formação e de sensibilização na criação de hortas.

830 TONELADAS DE BENS foram doadas a 772 mil pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade.

3 TERMINAIS RODOVIÁRIOS de passageiros começaram a ser construídos em Luanda (Cacuaco, Viana e Kilamba).

48,5 POR CENTO é o crescimento da Agricultura no primeiro semestre deste ano. A Energia 26,7 por cento, ultrapassando significativamente os níveis previstos nas metas do Plano Nacional de Desenvolvimento.

4.537 MIL HECTOLITROS

Produção de cerveja para uma meta de 9.720 hectolitros.

2.845 MIL HECTOLITROS

Produção de refrigerantes para uma meta de 6.320 mil hectolitros.

1.552

Número de estabelecimentos comerciais licenciados no primeiro semestre. No mesmo período foram aprovados 86.913 licenciamentos para operações de importação e 1.302 para exportação.

1.849 EMPRESAS

Empresas certificadas, totalizando 7.378 empresas certificadas desde Maio de 2012, com forte incidência nas Micro Empresas, essencialmente no Sector do Comércio.

67,3 MIL MILHÕES DE KWANZAS

Gastos na recuperação e conservação da rede terciária de estradas.

2.388,3 GIGAWATTS

Potência total instalada de energia eléctrica no primeiro semestre, como resultado do incremento significativo nas produções de origem térmica e hídrica.

1.6 MILHÕES DE METROS CÚBICOS

Total de água potável distribuída nas sedes provinciais, por dia.

4.716

Número de furos de água abertos no primeiro trimestre. No segundo esse número foi de 4.357.

56 POR CENTO

Taxa de cobertura da população servida do abastecimento de água no primeiro semestre.

14 POR CENTO

Crescimento do número de utilizadores de telefone móvel em relação ao mesmo período do ano anterior. A teledensidade móvel atingida foi de 68,9 por cento, o que significou um cumprimento de 105,1 por cento em relação à previsão anual.

80,7 POR CENTO

Taxa de crescimento do número de subscritores de Internet em relação ao mesmo período do ano anterior, registando um cumprimento de 75,6 por cento do previsto anual.

749.766

Número de Linhas Fixas Telefónicas Instaladas.

199.266

Número de Linhas Fixas Ligadas.

13.224.813

Número de utilizadores da rede móvel.

743

Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços foram fiscalizados, no âmbito da Defesa do Consumidor (INADEC) resultando em 268 infracções, 374 acções de aconselhamento, 111 inutilizações de produtos e emissão de 64 multas.

103,1 POR CENTO

Porcentagem de alunos matriculados nos diferentes ní-

têm reflexo na vida das comunidades



veis de ensino em relação à meta estabelecida para 2014.

7.408.926

Número de alunos matriculados.

70 POR CENTO

Percentagem do ensino primário face à totalidade do sistema de ensino.

127.000

Número de professores que dão aulas este ano.

5.000 NOVAS SALAS

Número de novas salas de aulas que entraram em funcionamento.

636.387

Número de alfabetizados.

26.651 ALUNOS

Número de alunos no Ensino Especial.

5.162.879 ALUNOS

Alunos que frequentam o ensino primário.

89

Número de Centros de Formação.

216.705 ESTUDANTES

Total de estudantes no Ensino Superior.

83.642

Vagas no Ensino Superior.

3.906

Número de docentes no Ensino Superior.

6.000

Número de novas Bolsas de Estudo Externas atribuídas este ano.

28

Número de Unidades de Investigação e Desenvolvimento.

1.273 INVESTIGADORES trabalham em Ciência e Tecnologia.

2.272

Número de pessoas empregadas em Investigação e Desenvolvimento.

4,4 POR CENTO

Taxa de morbilidade da malária (todas as idades).

31.240

Número de partos institucionais no segundo trimestre.

1,19 MÉDICOS

Número de médicos por 10.000 Habitantes.

49.726

Fogos habitacionais construídos durante este ano.

10.000 MEIOS DE LOCOMOÇÃO foram atribuídos a igual número de pessoas com deficiência.

753.790 é o número das pessoas assistidas e que foram afectadas por sinistros e calamidades.

8.284

Número de leitores na Biblioteca Nacional, para uma meta de 59.173.

22.230 foram os visitantes de Museus, para uma meta de 64.363.

830

Número de clubes desportivos.

2.800

Número de técnicos desportivos.

1.850

Número de árbitros.

44.750

é o número de atletas para meta uma de 56.000.

1.970.000

é o número de desportistas para uma meta de 2.534.800.

159.075

é o número de Antigos Combatentes recenseados.

25.775

Número de Antigos Combatentes deficientes recenseados.

161.746

Número de beneficiários de pensão de reforma.

118.901

Número de Antigos Combatentes bancarizados, para uma meta de 150.000.

69 POR CENTO

Taxa de expansão e cobertura do sinal da Rádio para uma meta de 75 por cento.

61 POR CENTO

Taxa de expansão e cobertura do Sinal de Televisão para meta de 65 por cento.

49.220 EXEMPLARES

É a distribuição diária de exemplares do "Jornal de Angola" e "Jornal dos Desportos" da empresa Edições Novembro.

5

Número de rádios comunitárias concluídas em Belize, Cabinda, Cuango, Lunda Norte, Banga, Cuanza Norte, Calandula, Malanje e Cacucaco, Luanda.

17.200

empregos foram gerados na Administração Pública no primeiro trimestre. No segundo trimestre o número subiu para 23.469.

1.255.952

Inscritos na Segurança Social, para uma meta de 1.463.619.

95.874

Número de pensionistas, para uma meta de 108.100.

59.674

são os novos contribuintes este ano, para uma meta de 60.442.

650 MIL CIDADÃOS

atendidos na rede dos Serviços Integrados de Atendimento aos Cidadãos (SIAC).

192.900

Bilhetes de Identidade foram emitidos.

O Plano de Desenvolvimento Nacional está a ser implementado pelos diferentes sectores da vida nacional. O país avança, a sociedade está em grandes transformações, a economia cresce, o ensino melhora, a saúde chega a mais comunidades.

Os angolanos de todo o país comemoram o aniversário da Independência Nacional com a certeza de que o futuro vai ser melhor do que o presente, que é muito melhor do que o passado, porque continuam unidos e querem reforçar os ideais de liberdade e justiça social.



Produção de plástico na Zona Económica Especial de Luanda/Bengo



Aproveitamento industrial da produção pecuária numa fazenda no Kikuxi



Um maior número de analistas e investigadores está no activo

MÁRIO PIZARRO E A BANCA NACIONAL

“A Independência chegou num ambiente revolucionário”

DOMBELE BERNARDO



JOÃO DIAS |

A partir de meados de 1975 registou-se o grande êxodo dos portugueses de Angola. Eram quase todos funcionários públicos e trabalhadores bancários. Um cenário de dificuldade instalou-se na Banca Nacional. A resposta foi criar uma comissão instaladora. Imbuídos de um espírito revolucionário obstinado, os angolanos tiveram de assumir posições e pôr toda a máquina em marcha.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o antigo vice-governador do Banco Nacional de Angola (1982-1986), Mário Pizarro, lembra que se vivia em 1975 um verdadeiro ambiente revolucionário. “Ninguém pensava no seu salário. Nós pensávamos apenas em cumprir um determinado dever, uma determinada obrigação e cada um de nós tentava fazer o melhor possível. Trabalhávamos muito. Havia hora de entrada mas não de saída. Era um esforço grande”, disse Mário Pizarro.

Eram centenas de funcionários inexperientes, as dificuldades eram imensas e desafiadoras. Muitos tinham de estudar ao mesmo tempo que procuravam adaptar-se às funções para as quais não estavam preparados. O tempo passou, mas os desafios continuaram. “Não se podia fugir a eles. Enfrentava-se”, rematou.

A partir de meados de 1975 começou o êxodo dos portugueses de Angola. Mas foram os meses de Julho e Agosto, os mais intensos. A Banca e as repartições públicas ficaram vazias. Os bancos começaram a ser esvaziados e a própria administração desapareceu, deixando-os sem

gestão. Face ao cenário assustador, as pessoas começaram a transferir o seu dinheiro. Era necessário travar o ímpeto de transferências, pois a Banca do país não podia ficar sem valores.

“Não podemos dizer que o esforço das pessoas em transferir as suas poupanças, naquele período, foi ilegítimo. Mas o país não podia ficar sem dinheiro. Houve necessidade de tomar medidas para restringir as transferências”, sublinhou Mário Pizarro.

Foi uma época de muitos desafios, fundamentalmente porque todo o trabalho da Banca era feito à mão. Não existiam computadores. Eram as máquinas mecânicas de contabilidade, que suportavam os serviços. “Cada departamento do banco tinha de 20 a 40 pessoas”, lembrou.

COMISSÃO INSTALADORA

Diante da situação, em Agosto de 1975, o ministro das Finanças, Saily Mingas, suspendeu formalmente as administrações dos bancos e criou Comissões de Gestão para cada banco e uma comissão coordenadora da actividade bancária no país. “Tive a felicidade de integrar a comissão coordenadora da actividade bancária, em finais de Setembro”.

A comissão tinha por função controlar toda a actividade bancária. “A determinada altura, tivemos de centralizar todas as operações em moeda externa para o Banco Central. O objectivo era controlar todas as operações”, recordou Mário Pizarro. E acrescentou que a comissão coordenadora era necessária para assegurar a estabilidade do mercado.

Com a retirada dos portugueses, a Banca começou a enfrentar grandes dificuldades. “Era preciso controlar a situação”. Chegou o dia 11 de Novembro de 1975 e a Independência Nacional. Logo no início de 1976, começaram a ser criadas as condições para implantação do Banco Central. Foi criado também o Banco Comercial de Angola, o agora BPC com a função de banco



Mário Pizarro era técnico da Inspeção de Crédito e Seguros que na época fazia o papel de regulador do sistema bancário angolano

de poupança. Antes da criação do Banco Central, era a Inspeção de Crédito e Seguros que assumia esse papel, controlando as seguradoras, mas também o fundo cambial e o próprio Banco de Angola que tinha a função de banco emissor. Com a criação do Banco Central foi extinta a Comissão Coordenadora da Actividade da Banca, que teve como presidente o já falecido Fernando Teixeira “Baião”. António Inácio e Mário Pizarro eram membros da direcção.

ABERTURA DO MERCADO

Sempre que houve necessidade de negociar financiamentos ou empréstimos com bancos externos, os gestores angolanos da Banca eram invadidos pelo receio da falta de experiência. “Pensávamos sempre que íamos lidar com pessoas que sabiam tudo sobre o mundo das finanças. O temor aumentava sempre que negociávamos com bancos ingleses, franceses ou americanos”, disse.

Não tardou, muitos desafios ficaram ultrapassados. “É evidente que no início houve muita improvisação e cometeram-se muitos erros. Mas depois tudo se organizou e hoje o BNA e outros bancos são centros de conhecimento e racionalidade”, reconheceu.

Entre 76 e 78 foram criadas as condições internas para um maior controlo da Banca. Na altura havia uma opção socialista. Mas a partir do momento em que se começou a abertura económica e a liberalização da economia, outros desafios emergiram. O BNA deixou de ter funções comerciais. Começaram a entrar bancos estrangeiros no mercado.

Mário Pizarro, agora administrador da Genius Gestão de Participações, lembrou que o Paribas, um banco francês, foi o primeiro a entrar no mercado, através de um escritório de representação, em 1983. Depois foi a

vez do Banco Totta e depois seguiram-se o Millennium e BFA, já nos anos 90.

DINHEIRO EM MOÇAMBIQUE

Aproximava-se o mês de Novembro de 1975. A invasão sul-africana pelo sul e das tropas de Mobutu pelo Norte ganhava terreno. Nos gabinetes do Banco Nacional de Angola ouvia-se o rebentamento dos obuses em Kifangondo. “Ouvíamos perfeitamente. Era uma situação realmente crítica e perigosa”.

Em face disso, o Governo toma uma decisão que pouca gente conhece. Todas as reservas em moeda externa foram colocadas no Banco de Moçambique. Eram movimentadas, quando necessário, mediante chaves codificadas. Só mais tarde, quando os invasores estrangeiros foram desbaratados, uma delegação angolana foi a Moçambique agradecer e dar instruções para o dinheiro regressar às contas do BNA. Corria o mês de Fevereiro de 1976. “Foi tudo no âmbito da solidariedade entre os nossos países e baseado nas relações de camaradagem. O MPLA e a FRELIMO eram da mesma génese. O dinheiro estava colocado no exterior e nós transferimos essas contas para o Banco de Moçambique”.

Foi uma medida de prudência face à invasão de dois exércitos estrangeiros. “Foi uma decisão ponderada e acertada na altura”, lembrou Mário Pizarro. Se tivesse acontecido o pior, notou, tínhamos as reservas guardadas em Moçambique: “Na altura, era necessário fazer uma gestão mínima. Por isso, tínhamos algum dinheiro em cofre”.

A ARTE DA BANCA

“Nós fomos-nos fazendo à medida dos desafios e das necessidades”. É deste modo que Mário Pizarro explicou como começou a sua ligação com a Banca. Na altura,

lembrou, trabalhava na Inspeção de Crédito e Seguros, no Fundo Cambial, quando foi convidado a integrar a Comissão Instaladora da Banca. Mário Pizarro foi vice-governador do Banco Nacional de Angola entre 1982 e 1986, uma fase que considera “interessante e enriquecedora”. Exerceu essa função, na altura em que o país estava em guerra, um período difícil, sobretudo, porque era necessário concentrar esforços para controlar as finanças e dar o apoio que o Governo precisava. “Era necessário suportar o esforço de guerra do país. O momento mais marcante da minha experiência foi antes da Independência Nacional e imediatamente a seguir. Foi uma fase de desafios”.

PERCURSO DA BANCA

Em 1975, o sistema financeiro era uma amostra do que é o actual. Hoje funcionam as forças do mercado e existe uma verdadeira política monetária. Naquela altura a taxa de câmbio era fixa.

Mário Pizarro prevê o emergir de algumas fusões de instituições bancárias no mercado nacional e sustenta o argumento no facto de no futuro, os bancos pequenos serem “engolidos” pelos grandes face à concorrência.

“É natural que entrem mais bancos estrangeiros. São bem-vindos os bancos anglo-saxónicos, que têm mais capacidade de inovação. Nós precisamos da introdução de novos produtos no mercado e penso que a introdução da Bolsa de Valores vai facilitar a entrada de novos bancos”, afirmou o antigo membro da comissão da Banca.

“A alteração da legislação cambial do sector petrolífero vai atrair mais bancos, pois é natural que as petrolíferas pressionem os bancos anglo-saxónicos a investirem em Angola”, concluiu Mário Pizarro.



DOMBELE BERNARDO

Apesar das grandes dificuldades da época a criação da Banca Angolana foi um sucesso

UNIVERSIDADE DE LUANDA VERSUS UNIVERSIDADE DE ANGOLA

Lembranças dos primeiros anos de Independência



GARCIA BIRES | *

O país surgido a 11 de Novembro de 1975, passados dois anos da sua existência chamou para si o controlo da Universidade de Luanda e a atribuiu-lhe uma nova designação: Universidade de Angola.

Nascida depois de longas batalhas, a República Popular de Angola, mau grado o troar ainda das armas empunhadas pelas legiões invasoras estrangeiras, com determinação e bravura trilhava e descobria novos rumos e com ela, em cada cidadão a vontade de contribuir para a consolidação da Independência.

O arregaçar das mangas para construir um país livre e soberano, criar e consolidar uma Pátria que garantisse a angolanidade, era a tarefa de todos: em cada mão para além de empunhar uma arma, de desempenhar outras actividades ou de executar outros exercícios, estava a capacidade de produzir o sonho de “estudar, estudar para servir melhor” não se desmoronava.

No plano do ensino superior aprovado, estava demonstrado que as experiências obtidas em algumas Faculdades nos anos lectivos anteriores (inclusive na vigência do Governo de Transição) não foram satisfatórias e, em algumas matérias colidiam com os princípios da soberania.

Era urgente alterar o Estado. Na juventude havia a sede de conhecer as técnicas mais prementes. Manusear novas tecnologias era um dos objectivos imediatos e o mês de Setembro, data em que começava o ano académico, estava próximo.

Cabia ao Governo reestruturar e disciplinar o ensino superior e simultaneamente, conceder mais dignidade ao magro corpo docente nacional e contratar especialistas estrangeiros, porque nenhum país se desenvolveu sem a formação de quadros suficientemente qualificados. Cuba foi o país que mais contribuiu com professores dotados de largas experiências e vivências.

Com a recepção das equipas de Cuba, República Democrática da Alemanha e da então União Soviética, o país paulatinamente preparava-se para levar a cabo reformas significativas no ensino superior e, paralelamente, era urgente criar condições para que o ensino universitário não fosse apenas para um determinado número de cidadãos, que a Universidade não fosse um castelo para alguns.

A Universidade devia transformar-se numa escola para todos aqueles que tivessem aptidões, para aqueles que queriam contribuir com novos conhecimentos para o desenvolvimento de Angola.

No cumprimento do programa para a expansão da educação e do ensino superior em Angola, o

Conselho da Revolução numa das suas decisões concedeu ao Chefe de Estado, o saudoso Presidente Dr. Agostinho Neto, a tarefa de conduzir os destinos da Universidade do novo tipo, atribuindo para o efeito ao mais alto mandatário da Nação a função de Reitor de uma Universidade virada para a diversificação e massificação do saber.

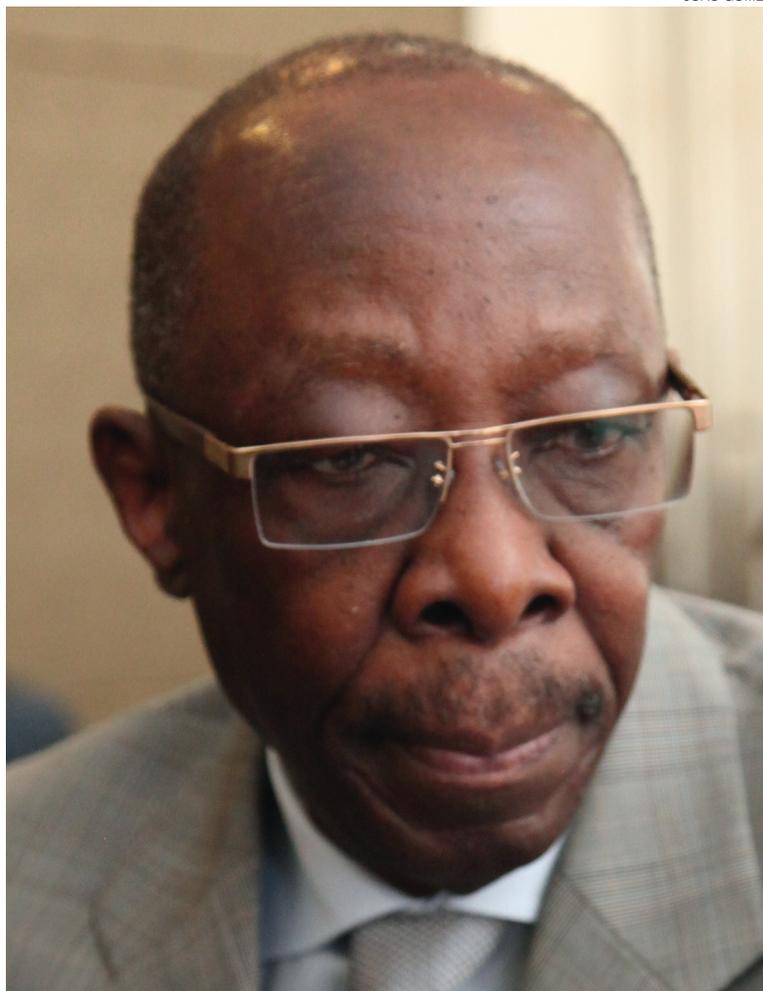
Por força das actividades do mais alto mandatário da Nação, sob proposta do Magnífico Reitor, tive o grande privilégio de ser escolhido e tomar posse como Vice-Reitor.

Dependendo directamente do Reitor, a minha missão foi para além de orientar o papel da Universidade, também foi de pô-la ao serviço da Nação, fazer dela uma escola capaz dos seus formandos participarem cientificamente nas melhores escolhas para resolver parte dos problemas que a sociedade em crescendo ia exigindo.

A tarefa não era fácil. Com as Faculdades espalhadas pelas províncias de Luanda (Medicina, Ciências, Engenharias, Direito e Economia) Huambo (Ciências Agrárias e Veterinária) e Huíla (Letras e Geografia), com poucos docentes disponíveis e a cem por cento, ligações deficientes e, em alguns momentos dificultadas pelas acções de guerrilha, era necessário fazer um levantamento dos cursos em vigor, avaliar os currículos para finalmente dar prioridade aos que faziam mais falta ao país em construção.

Quando tomei posse na Universidade apenas estavam inscritos 4.000 estudantes, sendo mais de 30 por cento estudantes-trabalhadores. Para inverter a situação, foi determinado aumentar o número de estudantes e criar outras Faculdades em função das necessidades.

O Ministério da Educação, chefiado pelo ministro Ambrósio Lukoki e Artur Pestana “Pequetela”,



JOÃO GOMES

Garcia Bires conta como foi desenvolvido o trabalho de reestruturação do Ensino Superior

vice-ministro, obteveo parecer favorável da direcção do MPLA e com a aprovação do magnífico Reitor foram criados os PUNIV (Cursos Pré-universitários) um com curta e outra com longa duração. Ao mesmo tempo foi ensaiado o sistema de encaminhamento como forma de planificar a formação dos quadros tendo em conta as aptidões dos interessados, e o somatório dos resultados das notas obtidas nos exames finais nas disciplinas nucleares para cada tipo de curso. Com a criação dos Cursos

Pré-Universitários, o chamado “Ano zero” foi abolido.

Assim, o cidadão angolano, independentemente da sua raça, condição social e crença, podia sonhar e frequentar esse nível de ensino. Podia estudar porque o País carecia de mais e novos cérebros, a Nação devia conquistar novos horizontes. Só assim o ensino superior podia ser aberto para atender dezenas de milhares de angolanos ávidos em aprender, dotar-se de instrumentos capazes para manusear novas técnicas e desbravar novos campos.

Passados 39 anos, é com orgulho que recordo aquela época quando foram atiradas para o solo angolano as primeiras sementes para a conquista do saber.

A Universidade cresceu. O ensino superior já não é nenhum “tabu”. A Universidade deixou de ser uma preocupação exclusiva do Estado. O número dos discentes aumentou consideravelmente e os meios técnicos e tecnológicos estão ao alcance daqueles que buscam conhecimentos. É o momento soberano para que as oportunidades existentes no mundo universitário sejam aproveitadas.

Cabe a cada universitário saber como quer ver Angola crescer e estar entre as Nações que fazem da inovação um desafio para o orgulho nacional.

Os frutos dos esforços do corpo docente, dos Decanos (naquela altura eram Responsáveis das Faculdades), do pessoal administrativo, técnicos de apoio à Reitoria e às Faculdades e também os Leitores que afinal eram a extensão necessária para que o estudante dominasse melhor a matéria e os meios técnicos que a Universidade dispunha, valeram a pena.

Este é também o momento apropriado para eu render homenagem aos professores, leitores e técnicos que no cumprimento das suas actividades ficaram fisicamente incapacitados e alguns mortos.

Aos que já desapareceram do nosso convívio o meu profundo reconhecimento por tudo que fizeram, pois mais do que as palavras, os factos demonstram como o ensino superior cresceu e está implantado em áreas antes jamais pensadas.

Para a nova geração desejo que saiba honrar o nome do Patrono da sua Universidade.

(*) Garcia Bires foi o primeiro Vice-Reitor da Universidade de Angola. O Reitor era Agostinho Neto e nele delegou funções. É hoje Embaixador de Angola na República Popular da China



VIGAS DA PURIFICAÇÃO

O Campus Universitário de Luanda é hoje um símbolo do grande crescimento registado pelo Ensino Superior em Angola e do esforço realizado ao longo dos últimos 39 anos

PALAVRA DE UM “CAPITÃO DE ABRIL”

“Angola é um país em ascensão”



PEDRO DE PEZARAT CORREIA |*

A independência de Angola foi o culminar de uma longa luta de décadas, nomeadamente desde que nos finais do século XIX, com a Conferência de Berlim, se iniciou o projeto colonizador europeu em África. E, no império colonial português em África, Angola seria encarada como a “jóia da coroa”, aquela que a potência colonial desejava preservar a todo o custo. E, por isso, foi a colónia onde a luta de libertação, de que a guerra colonial foi o período mais conhecido, atingiu contornos mais complexos.

O contexto da guerra, em que os Movimentos de Libertação se dividiram e se confrontaram numa guerra civil, em que a lógica da Guerra Fria fez de Angola um alvo apetecido na disputa das superpotências por zonas de influência, em que Angola se viu envolvida num conflito regional em que pontificavam o Zaire, aliado preferencial de Washington e a República da África do Sul (RAS) tentando desesperadamente salvar o apartheid, favoreceu estrategicamente a potência colonial.

Nos anos que antecederam o 25 de Abril, já no consulado caetanista, Portugal entrou numa série de contradições tentando, ao arpejo dos princípios

integracionistas do Minho a Timor, soluções neo-coloniais de independências dominadas pelas minorias brancas num espaço português mais ou menos federado. Foi o chamado “Exercício Alcora” em aliança com a Rodésia e África do Sul e por esta liderado, foi o “Programa de Lusaka” que Jorge Jardim tentou em Moçambique, foi o conluio de Marcello Caetano com o governador-geral de Angola Santos e Castro para a criação de um conflito artificial entre Angola e a Metrópole que culminasse na declaração unilateral da independência por Luanda. Ao mesmo tempo os EUA, sob a administração Nixon-Kissinger, lançavam a “Opção Tar Baby” em apoio da manutenção da hegemonia branca na África Austral que, segundo eles, era favorável ao Ocidente.

O 25 de Abril fez ruir todos estes projectos, mas os esforços para impedir as independências lideradas pelos Movimentos de Libertação, que era, aliás, compromisso da ONU, não desapareceram. Spínola, primeiro presidente da República Portuguesa em liberdade, apesar de ter aceitado aprovar a Lei 7/74 de 28 de Julho que reconhecia o direito dos povos das colónias à independência e ter vindo a reconhecer que os Movimentos de Libertação eram os legítimos representantes dos povos das colónias, manteve-se condicionado pelas teses federalistas do seu livro “Portugal e o Futuro” e, em último caso, tudo fez para que Angola fosse considerada como um caso especial. Impunha-se o estatuto da jóia da coroa. As tentativas golpistas das minorias brancas do Movimento Moçambique Livre e da Frente Revolucionária Angolana são os derradeiros esforços para impedir as negociações com os Movimentos de Libertação. Concluídos os



General Pezarat Correia: “A União Europeia vê em Angola um parceiro preferencial”

Acordos de Lusaka (Moçambique) e Alvor (Angola) e entrando-se na fase da transferência do poder, os esforços neocolonialistas passaram a concentrar-se em Angola e com uma intensidade nunca antes atingida. Era o desespero de causa. A “Operação IAfeature” coordenada pela CIA em apoio da FNLA a partir do Zaire, com forças zairenses e mercenários portugueses, a “Operação Savannah” da RAS, com forças sul-africanas e mercenários portugueses em apoio da UNITA a partir do sul e que mais tarde se integrará na “IAfeature”, que convergiam no objectivo de garantirem a posse de Luanda em 11 de Novembro, data negociada no Alvor para a independência e a resposta do MPLA com apoio de Cuba e da URSS através da “Operação Carlota”, elevaram a níveis nunca anteriormente atingidos a guerra civil, o conflito regional e os reflexos da Guerra Fria. O MPLA, quando

parecia irremediavelmente derrotado conseguiu, com a heroicidade dos seus combatentes e o apoio das forças de Cuba, resistir em Luanda e declarar a independência da República Popular de Angola (RPA) em 11 de Novembro. A FNLA e a UNITA, em fuga para o norte e para o sul juntamente com os seus apoiantes externos, ainda tentaram declarar no Huambo a independência da República Democrática de Angola (RDA), mas sem sucesso. Não durou 24 horas. A RDA não foi reconhecida por nenhum Estado estrangeiro enquanto a RPA foi imediatamente reconhecida por dezenas de Estados, em primeiro lugar pelo Brasil seguido pelos Estados independentes antigas colónias portuguesas. Portugal, no rescaldo das contradições internas da crise do “Verão Quente de 1975” e em vésperas do 25 de Novembro, tardou no reconhecimento da República Popular de Angola, só vindo a fazê-lo

nos finais de Fevereiro seguinte com graves custos para a normalização das relações entre os dois Estados.

Angola e os angolanos pagaram um elevadíssimo preço para conquistarem a sua independência plena. E nos anos que se seguiram ainda haveriam de sofrer duramente os efeitos da guerra civil, do conflito regional e da Guerra Fria que se prolongaram com graves prejuízos na consolidação da soberania e da identidade nacional.

Hoje, num contexto internacional em que terminou a Guerra Fria, em que na África Austral a África do Sul, a Namíbia e o Zimbábue se libertaram do apartheid – para o que o que o sacrifício dos povos angolano e moçambicano foi um contributo decisivo ainda não devidamente reconhecido – as relações entre Portugal e Angola são de absoluta normalidade. Angola é um país em ascensão em vias de se tornar uma potência regional na África sub-equatorial, em que aparentemente o grande desenvolvimento económico ainda não teve tradução conveniente no desenvolvimento social, enquanto Portugal atravessa um período de declínio numa União Europeia que tarda a definir-se e, por isso, vê em Angola um parceiro preferencial.

Mas é bom que não se tenha presente, principalmente que os portugueses tenham presente, que as excelentes relações que Portugal hoje mantém com os países e povos que estiveram sob seu domínio colonial só são possíveis porque houve o 25 de Abril de 1974 e, com ele, Portugal liberto, aceitou reconhecer que também os povos das colónias tinham direito à sua liberdade, à sua independência e à sua soberania.

(*) General e membro do Movimento das Forças Armadas (MFA) que derrubou o regime ditatorial em Portugal no dia 25 de Abril de 1974

PAULINO DAMIÃO



Mosaico na Praça da Independência em Luanda exalta o heroísmo do Povo Angolano durante a luta que conduziu à conquista da Independência Nacional e que contou com a ajuda de outros povos do Mundo